

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

BRUNA FERREIRA DOS REIS

**A CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA AOS PADRÕES
INTERNACIONAIS – UMA CONTINGÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO**

VITÓRIA
2015

BRUNA FERREIRA DOS REIS

**A CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA AOS PADRÕES
INTERNACIONAIS – UMA CONTINGÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como
requisito obrigatório para obtenção do título De Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.Me. Andre Junior de Oliveira.

VITÓRIA
2015

BRUNA FERREIRA DOS REIS

**A CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE BRASILEIRA AOS PADRÕES
INTERNACIONAIS – UMA CONTINGÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 09 de julho de 2015, por:

Prof. Me. Andre Junior de Oliveira, FCSES - Orientador

Prof. Me. Douglas Roriz Caliman, FCSES

Prof^a. Ma. Julyana Goldner Nunes, FCSES

À minha Mãe; meu Pai; meu Marido.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu criador, meu alicerce. Sempre me guiando e protegendo. Estando presente em toda a minha caminhada. A Ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais, Maria e Joaquim, meus exemplos, minha base. Em especial minha Mãe, minha amiga, minha confidente. Minha maior incentivadora. Sonhou este sonho junto comigo. Sempre acreditando em mim.

Ao meu Marido Raphael, pelo amor, paciência e compreensão, nos momentos de estresse, angústia e desespero. Sem sobra de dúvidas umas das peças fundamentais nessa caminhada, sempre me dando força, não me deixando desistir e me fazendo acreditar que era capaz.

A todos os meus familiares por entender minha ausência nos momentos em família.

Aos meus amigos e colegas de turma, pelos momentos que possamos juntos.

A Lutiene, pessoa mais que especial, minha amiga-irmã, minha confidente. Entendemo-nos no olhar. De uma sintonia inexplicável. Sempre minha companheira, em provas e trabalhos. Nossa amizade foi desenhada por Deus.

Ao meu querido Mestre e Orientador André Júnior de Oliveira, pessoa espetacular e de um coração enorme. Agradeço pela orientação, dedicação, apoio, paciência e confiança. Sempre disponível, e não medindo esforços para ajudar.

Aos Mestres pelo conhecimento e que nessa caminhada contribuíram para minha formação.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva promover uma análise sobre a adesão brasileira às normas Internacionais de Contabilidade e identificar o que pensam os profissionais de Contabilidade da cidade de Vitória-ES acerca desse processo. Os avanços da globalização econômica induziram a Contabilidade a encontrar respostas para esta nova realidade organizacional, levando a adesão de muitos países ao processo de convergência contábil. A edição da Lei 11.638/2007 coloca o Brasil no rol de países que preveem em seu sistema legal a convergência da Contabilidade às normas internacionais ou *International Financial Reporting Standards* [IFRS], instituídas pelo *International Accounting Board* [IASB]. Os primeiros ensaios do processo de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais teve início com as alterações da lei das Sociedades Anônimas (6.404/76). No atual momento, com as leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade [CFC] nº1. 225 de 27.11.2009 que orienta sobre a revisão de demonstrações contábeis quando necessário garantindo independência aos auditores e a propriedade dos resultados das informações. O processo de convergência encontra-se em fase avançada de consolidação sendo a Contabilidade Pública a primeira a aderir oficialmente à convergência (ANTUNES, et al., 2012).

Palavras-Chave: Convergência da Contabilidade Brasileira às Normas Internacionais IFRS; Globalização; Profissionais Contabilistas.

ABSTRACT

This research aims to promote an analysis of Brazil's adherence to International standards of accounting and identify what the accounting professionals of Vitória-ES think about this process. The progress of economic globalization induced Accounting to find answers to this new organizational reality, leading to membership of many countries to the accounting convergence process. The enactment of Law 11.638 / 2007 places Brazil in the list of countries which provide in its legal system the convergence of international accounting standards or International Financial Reporting Standards [IFRS], established by the International Accounting Board [IASB]. The first tests of convergence of Brazilian accounting to international standards began with changes in corporate law (6.404 / 76). Currently, the laws 11,638 / 07, 11,941 / 09 and Resolution of the Federal Accounting Council [CFC] number 1. 225 of 27.11.2009 which provides guidance on the review of financial statements as required ensuring independence for auditors and ownership of the results of the information. The convergence process is at an advanced stage of consolidation being the Public Accounts the first to officially join the convergence (Antunes, et al., 2012).

Keywords: Convergence of Brazilian accounting to IFRS international standards; globalization; Professional Accountants.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFAC - International Federation of Accountants

IFRS – *International Financial Reporting Standards*,

IPSASB - International Public Sector Accounting Standards Board

GTCON - Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis

NYSE - New York Stock Exchange

STN - Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 A CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO	21
2.1.1 Conceito e aplicabilidade	23
2.2 A CONTABILIDADE INTERNACIONAL	25
2.3 IFRS/CPC	26
2.4 GLOBALIZAÇÃO E CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE	30
2.4.1 Importância da convergência para a globalização	33
2.4.2 Situações de aplicabilidade	34
2.4.3 Os países e a convergência – IFRS	37
2.4.4 O mercado global para as economias locais	40
2.4.5 Contabilidade no comércio global	45
3 METODOLOGIA	48
3.1 TIPOLOGIA	48
3.2 SUJEITOS PESQUISADOS\COLETAS DE DADOS	48
3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	49
4 DISCUSSÃO E RESULTADOS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A	71

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade brasileira, como uma ciência social aplicada, evoluiu e ganhou um perfil de características locais, como também aconteceu com os demais países, cada um com o seu processo de normatização de acordo com a cultura e evolução socioeconômica própria, e por refletir essas características locais, existe uma complexidade no momento de alterar essas normas para um modelo universal (NIYAMA, SANTOS, 2008).

A teoria da contabilidade recebe influências de muitas outras disciplinas, reforçando a ideia de que o meio onde atua incide sobre a Contabilidade. As práticas contábeis são influenciadas por valores culturais, por tradição histórica, pela estrutura política, econômica e social estando sua evolução intimamente vinculada ao processo de desenvolvimento econômico onde é operacionalizada, pela seguinte razão.

A contabilidade [...] não é um instrumento passivo de administração técnica, um método neutro para meramente revelar aspectos prontos do funcionamento organizacional. Em vez disso, considera-se que suas origens residem no exercício do poder social tanto dentro como fora da organização (HOPWOOD, 1987, p. 213, apud. IUDÍCIBUS; LOPES, 2012, p. 11).

De acordo com Freire et. al. (2012) a contabilidade, que por ser considerada a linguagem universal dos negócios, evoluiu e ganhou um perfil de características locais. Isto da mesma maneira como também aconteceu em outros países, cada um com o seu processo de normatização que foi se consubstanciando de acordo com a evolução própria. Por refletir essa característica local, existe uma complexidade no momento de alterar essas normas impostas pela globalização. O processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil teve início com as alterações da lei 6.404/1976 das Sociedades Anônimas pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009.

Essa nova legislação autorizou a CVM – Comissão de valores Mobiliários – a adoção da normatização contábil em conformidade com os padrões internacionais. O CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis –, instituído em 2005, dá início à produção das normas contábeis no Brasil. Portanto, o CPC atua no direcionamento da convergência brasileira com o IASB - *International Accounting Standards Board*, que emite as IFRS – *International Financial Reporting Standards*, que desenvolve de forma articulada com o

Brasil assim com os demais países, o conjunto de pronunciamentos contábeis aceitáveis globalmente (FREIRE, et al., 2012).

E por mais complexo que seja esse processo de convergência é fato que, com a globalização, a importância da Contabilidade para o processo econômico dos países, de suas empresas, ultrapassou as suas fronteiras políticas. Essas são as razões dentre as quais o Brasil sentiu necessidade em criar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC] para instrumentalizar a convergência às normas contábeis internacionais, [IFRS], instituídas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade [IASB]. A adesão oficial brasileira à convergência foi em 2008, quando começou a vigorar a Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007. As contas públicas hoje seguem aos padrões de normatização da convergência (ANTUNES, et al, 2012).

A convergência é necessária para dar sentido e promover uma harmonização contábil internacional, com maior compreensão para as negociações, transparência sobre as práticas econômicas e as contas públicas, ao desempenho dos países e de suas empresas tanto privadas, públicas e/ou estatais, que juntas operam a sua economia. O significado desses valores contábeis e sua interpretação são de real importância para as negociações com os investidores no momento de mensurarem os relatórios e assim interpretar neles as reais possibilidades e oportunidades de negócios para ambos os lados dessas negociações (GAMA; DUQUE; ALMEIDA, 2014; GONÇALVES; MENDONÇA; MEDEIROS, 2014; FREIRE, et al., 2012; GIOTTO, 2010).

Com base no acima exposto o presente estudo pretendeu responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as implicações que trazem para o ambiente contábil este processo de convergência? Assim sendo, o objetivo principal desta pesquisa foi apresentar as mudanças ocorridas recentemente na prática contábil brasileira com a convergência contábil e, as implicações que trazem para o ambiente contábil este processo de convergência. O trabalho especificamente obteve os seguintes objetivos: desenvolver resenha histórica da Contabilidade e suas proposições; verificar a evolução das normas da Contabilidade brasileira; demonstrar a convergência das normas contábeis às normas internacionais; identificar os países que aceitaram essa adequação; pesquisar as razões que levam a esta convergência; e interpretar quais os

reflexos da convergência para o profissional contábil. Para atingir tais objetivos, foram utilizadas bases referenciadas por teóricos da Contabilidade, que já se pronunciaram sobre o assunto por meio de trabalhos publicados e, na verificação dos profissionais entrevistados contadores locais que através da aplicação de questionários, expressaram o que pensa a classe local de contadores sobre a convergência contábil brasileira às normas internacionais.

A pesquisa se justifica pela importância que essas transformações vêm ocorrendo e a forma acelerada como se processa, sendo imprescindível que se reflita sobre os impactos que elas trazem e em como utilizar a convergência de forma racional e pensada. Conforme Silva (2014), estudiosos em todo o mundo já há muito tempo procuram resolver os problemas que interferem no entendimento dos demonstrativos contábeis, levando a necessidade de desenvolver conceitos para facilitar a vida dos investidores na análise dos demonstrativos financeiros. Neste sentido, após o insucesso de estudos com esta finalidade nos Estados Unidos da América, em 2004 foi publicado na Inglaterra um documento constando o conjunto de pronunciamentos contábeis, documento que foi mundialmente reconhecido e ficou conhecido pela sigla IFRS que significa *International Financial Reporting Standards*, e se traduz como, normas internacionais de contabilidade.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: Após a introdução, iniciou-se o desenvolvimento de uma resenha histórica da Contabilidade e suas propostas. O passo seguinte foi à verificação da evolução das normas da Contabilidade brasileira com as normas contábeis internacionais. Procedemos à identificação dos países que aceitaram essa adequação e as razões que levam a esta convergência e, por fim, identificação, através da fala dos contadores locais, dos reflexos da convergência para o profissional contábil. A metodologia deste trabalho está baseada em uma revisão bibliográfica e análise de dados coletados por meio de questionário enviado aos profissionais de Contabilidade que atuam na cidade de Vitória - ES, caracterizando assim uma pesquisa exploratória. Após a análise de dados, as considerações finais contemplam os achados da pesquisa, as limitações do estudo e traz sugestões de pesquisas futuras que confirmem ou refutem os resultados aqui apresentados.

Tendo como objetivo a análise do processo de convergência da contabilidade brasileira às normas contábeis internacionais [*IFRS*], para atingi-lo, iniciamos com o desenvolvimento de resenha histórica da Contabilidade desde o momento em que aprimoravam mecanismos contábeis, até os avanços como a incorporação das partidas dobradas descrito pela primeira vez por Luca Pacioli (Sec. XV). Trouxemos a evolução das normas da Contabilidade brasileira desenvolvidas sob influência do nosso contexto sociopolítico cultural. Demonstramos os mecanismos utilizados pelos órgãos competentes brasileiros junto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no processo de convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais e os países que aceitaram essa adequação e as razões que levaram à convergência, encerrando com a identificação dos reflexos da convergência para o profissional contábil local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A CONTABILIDADE E SUA EVOLUÇÃO

A contabilidade tem as suas origens na evolução histórica do próprio homem, conforme Ludícibus (2010, p. 15) "Não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de contar e, portanto, de Contabilidade, seja talvez tão antiga quanto à origem do *Homo sapiens*." Há um consenso entre os teóricos ao fato que a existência da Contabilidade remonte aos primórdios da civilização humana, se desenvolvendo juntamente com a percepção da necessidade de controlar, administrar e preservar seus bens e, através desse controle, obter lucros. A preocupação com a prosperidade e a riqueza é bastante presente desde o homem da antiguidade, sendo aperfeiçoado no decorrer do processo histórico da humanidade.

Porém, no que pese a sua antiguidade, o desenvolvimento da Contabilidade se deu muito lentamente, pelas seguintes razões, conforme Ludícibus (2010), dificilmente o "estado de arte" antecede por demais em relação ao grau de desenvolvimento econômico, extrapolando os elementos sociais e institucionais de uma determinada época. A constatação é de que o grau de desenvolvimento das teorias contábeis com as suas práticas está diretamente associado ao mesmo grau de desenvolvimento comercial, social e institucional das cidades ou nações. Isto justifica o florescimento da Contabilidade como disciplina ter acontecido nas cidades italianas de Veneza, Genova, Florença, Pisa e outras da Europa em que proliferavam as atividades mercantis, econômicas e culturais, especialmente a partir do século XIII até início do século XVII. Para essa região que representava o que de mais avançado existia há época de empreendimentos comerciais e industriais no mundo convergiam os navegantes.

O conceito de civilização se configura pela "reunião de vários povos, que falam línguas da mesma família, partilham da mesma mentalidade coletiva, submetem-se às mesmas instituições de organização social e dispõem do mesmo saber tecnológico." Comparato (2011, p.551). Este entendimento nos dá a noção da diversidade de experiências e saberes que o mercantilismo forneceu a Contabilidade para a sua evolução, a interação e integração de fatores históricos, com a participação de várias civilizações e povos que

convergiavam para aquela região européia. Os antecedentes que explicam essa evolução partem do somatório de conhecimentos e experiências dos muitos povos que circulavam na região como os Fenícios, os Persas, os Egípcios, os Gregos, os povos do Iraque, os Romanos, os Indianos, os Árabes, dentre outros. A contribuição dos Árabes com o seu sistema numérico que incluía o zero em sua lógica aritmética e algébrica, foi fundamental para a evolução do sistema contábil (SÁ, 2010; IUDÍCIBUS, 2010).

Como registra Iudícibus (2010), a publicação da obra de Frá Luca Pacioli, "*Tractatus de Computis et Scripturis*" (Contabilidade por Partidas Dobradas) em 1494, introduziu a teoria contábil do débito e do crédito, corresponde à teoria dos números positivos e negativos, a partir das partidas dobradas a escrituração contábil conquistou maior relevância aos registros patrimoniais, espalhando a "escola italiana" por toda Europa, marcando o início da fase moderna da Contabilidade.

Outro momento importante da Contabilidade foi com a Revolução Industrial (Sec. XVIII) pelas significativas transformações que provocou em todo o mundo, com a evolução dos transportes pelas estradas de ferro, a modificação do modo de produção de artesanal para industrial, justificando que o sistema contábil também incorporasse elementos que fossem ao encontro dessas novas necessidades. Conforme Martin (2002) é justamente no século XVIII que nasce o primeiro sistema de custos, criado com o objetivo de promover uma compreensão dos recursos empregados nos produtos das novas fábricas.

A nova e complexa realidade impingida pela Revolução Industrial aos meios de produção fez surgir os primeiros conglomerados empresariais no final do século XIX alimentados pelas ferrovias e pela criação do telégrafo, levando a criação da Administração Científica de Taylor e Fayol como mecanismo de ordenação do sistema de produção. Também influenciaram a Contabilidade que respondeu com mecanismos contábeis que permitiram controlar o desempenho e consolidar as atividades de empresas com múltiplas subsidiárias e unidades de negócios distantes umas das outras. O final do século XIX é marcado pelo surgimento dos primeiros conglomerados empresariais que induziram adaptação das técnicas contábeis a fim de incorporar as atividades de empresas com múltiplas subsidiárias e unidades de negócios espelhados

em unidades diversas. Com a administração científica criada por Taylor e Fayol (sec. XX), foram estabelecidos padrões de tempo e quantidade com a finalidade da administração da atividade industrial, e como resposta, a contabilidade criou os sistemas de custos-padrões (MARTIN, 2002).

Os valores intelectuais da humanidade de forma evolutiva contribuíram para que no início do século XIX a Contabilidade recebessem status de ciência, classificação reconhecida pela Academia de Ciência da França. Todo o seu caminho evolutivo mostra sua importância como ciência, sua capacidade de evoluir em resposta às necessidades das organizações.

A capacidade de capturar, primeiro, a ocorrência dos eventos econômicos que impactam em um determinado estado de riqueza, depois a de precificá-lo e, por último, de comunicar seus efeitos, é o desafio a que a Contabilidade está, não apenas preferencialmente, mas de fato unicamente, habilitada a enfrentar, apoiando-se sempre em disciplinas afins dentre as quais o Direito, a Economia, os Métodos Quantitativos e a Ciência da Informação. A doutrina contábil é a face científica desse encontro fértil entre a realidade e o modelo para acolhê-la e descrevê-la. Do lento, mas maravilhoso crescimento multifforme nascem, primeiramente, a escrituração e, mais tarde, a ciência contábil e, portanto, sua doutrina (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p. 8).

A evolução de novas tecnologias, especialmente a das comunicações no século XX com o advento da Computação, conforme ainda Martin (2002), contribuiu para desenvolver e expandir os mercados financeiros promovendo o surgimento das empresas abertas, que são aquelas que têm seus títulos de participação ou de empréstimos negociados nesses mercados espalhados por todo o mundo. A globalização dos mercados de produtos e de capitais impõe aos países uma adaptação contínua de suas economias a evolução dinâmica do mercado global. A volatilidade da economia, o aumento da competitividade e os riscos que caracterizam esse novo momento, impõe à Contabilidade instrumentos que respondam às prerrogativas desses novos tempos (SÁ, 2010).

2.1.1. Conceito e aplicabilidade

De acordo com Iudícibus (2010, p. 14), “O objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica, física, de produtividade e

social relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

A aplicação da Contabilidade consiste no ramo de estudo dos profissionais contabilistas que atuam com as entidades econômico-administrativas de modo geral. Essa ação da Contabilidade é também denominado de Aziendas, cujo significado se traduz como “um patrimônio sob a ação administrativa do homem, que age sobre ele praticando atos de natureza econômica” (LUCENA, 2003).

Seus usuários com finalidade lucrativa ou não, são pessoas físicas ou jurídicas, “instituição, empresa, sociedade, corporação etc, que só são dissolvidas por força da lei” (SANDRONI, 1994, p. 260). Ou seja, são todos aqueles que direta ou indiretamente tenham interesse na avaliação e no desenvolvimento da entidade e que se interessam pelas informações contábeis, dentre os usuários mais comuns encontram-se: os administradores, os sócios e acionistas da entidade, o governo, os bancos, dentre outros.

Em relação à qualidade, falar sobre o assunto é um problema uma vez que qualidade é um conceito e não existe definição conceitual para qualidade, e nem esta em relação à Contabilidade. A qualidade essencial contidas nas informações contábeis é de que elas sejam prontamente entendidas. Porém, o tempo para o grau de entendimento depende também da capacidade de conhecimento das partes envolvidas, daí ser um tema complexo. Ao mesmo tempo, neste período de transformações para a convergência às normas internacionais o Conselho Federal de Contabilidade (2011) encontra-se em processo de atualização da Estrutura Conceitual normativa afinado com o *International Accounting Standards Board* (IASB). Segundo o Conselho, esse procedimento está em busca de um padrão de excelência para a qualidade das informações contábeis, e por isto, está sendo conduzido em fases, as modificações introduzidas nesta Estrutura Conceitual foram elaboradas conjuntamente pelo IASB e pelo FASB (*US Financial Accounting Standards Board*) (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011).

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade (2011), as demonstrações contábeis da forma como estão sendo tratadas no sentido da convergência estão em linha com o

entendimento e a satisfação dos seus usuários, as demonstrações contábeis para a tomada de decisões econômicas atendem as seguintes questões:

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- (b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
- (c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios; (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- (h) regulamentar as atividades das entidades (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2011, p. 8).

2.2 A CONTABILIDADE INTERNACIONAL

A convergência da Contabilidade brasileira às Normas Internacionais já se concretiza na prática com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução CFC nº 1.055, de 07/10/2005. O objetivo do CPC foi de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos, considerando sempre a convergência do padrão contábil brasileiro ao padrão internacional. O CPC é um comitê autônomo, é composto por instituições convidadas que participam mensalmente de seus trabalhos, sendo elas:

- (1) Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); (2) Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional); (3) Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa); (4) Conselho Federal de Contabilidade (CFC); (5) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi) e (6) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). Além dessas entidades que compõem o CPC, outros seis representantes - CMN, a CVM, a Susep, a Receita Federal do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012, p.112).

A convergência às normas internacionais ou *International Financial Reporting Standards* [IFRS], que traduzido significa, Normas Internacionais de Informação Financeira, são reguladas pelo *International Accounting Standards*, visa à adoção de uma padronização com regras uniformes e flexíveis que confira uma harmonização à linguagem contábil internacional, de forma a atender as características de cada região

com a sua diversidade entre as culturas e legislações, o que não é uma tarefa fácil, mas como o Brasil, este consenso sobre a necessidade dessa convergência já é reconhecido como necessária para atender as transformações ditadas pela Globalização Econômica, pelos países da Comunidade Internacional, uma vez que não há como fugir à nova realidade do mundo atual. É de extrema importância para a Contabilidade brasileira e os seus profissionais, conhecerem essas transformações e adequarem os seus conhecimentos aos novos padrões e linguagem da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

2.3 IFRS/CPC

International Financial Reporting Standards (IFRS) conceitua a convergência da Contabilidade brasileira às Normas Internacionais, já o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é porta voz do processo de convergência. A regulamentação para a convergência foi normatizada pela Lei 11.638/07, e a partir da normatização a Comissão de Valores Mobiliários [CVM, 2008] iniciou uma introdução de transição gradativa para o IFRS no Brasil, em duas fases, primeiro emitindo um conjunto de normas para a primeira fase, em 2008, deixando para 2010 a fase final, para a convergência integral ao IFRS (SANTOS, 2012).

A convergência às normas internacionais é considerada por Oliveira; Lemes (2011) como um fato natural, uma vez que a Contabilidade é considerada a linguagem dos negócios, com a globalização dos mercados nada mais elementar que a criação de uma linguagem internacional contábil.

A contabilidade é considerada a linguagem global no mundo dos negócios e seus objetivos, conforme Iudícibus, Martins e Carvalho (2005), decorrem, sobretudo, das necessidades de seus usuários. Ela tem por finalidade atender os usuários com informações relevantes, úteis e em tempo hábil, as quais serão utilizadas para controle, planejamento, avaliação e tomada de decisão [...] Essas informações devem ser fiéis aos fatos, bem como transparentes, levando à confiabilidade e mostrando neutralidade por parte de quem as gerou (OLIVEIRA; LEMES, 2011, p. 157).

A convergência aos padrões contábeis internacionais é um assunto contemporâneo relevante, com a adesão de mais de 100 países da Comunidade Internacional em função da globalização econômica (Figura 1).

denominados de CPCs (tabela.1), e as orientações técnicas dos CPCs, as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê ou CPC, são denominadas ICPCS enquanto que a estrutura conceitual para elaboração e a divulgação de relatório contábil financeiro, *framework*. São novas terminologias com as quais a Contabilidade brasileira e os seus profissionais e clientes terão que necessariamente se habituar doravante. Além das dificuldades com o idioma e a educação, a velocidade com que as normas regulamentadas estão sendo adotadas, faz com que os profissionais contábeis corram contra o tempo para sua adequação (COSTA, THEÓPHILO, YAMAMOTO, 2012).

Tabela 1 – Pronunciamentos Técnicos Contábeis

(continua)

Documento	Título	Data/aprovação
<u>CPC 00</u>	<u>Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro</u>	02/12/2011
<u>CPC 01</u>	<u>Redução ao Valor Recuperável de Ativos</u>	06/08/2010
<u>CPC 02</u>	<u>Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis</u>	03/09/2010
<u>CPC 03</u>	<u>Demonstração dos Fluxos de Caixa</u>	03/09/2010
<u>CPC 04</u>	<u>Ativo Intangível</u>	05/11/2010
<u>CPC 05</u>	<u>Divulgação sobre Partes Relacionadas</u>	03/09/2010
<u>CPC 06</u>	<u>Operações de Arrendamento Mercantil</u>	05/11/2010
<u>CPC 07</u>	<u>Subvenção e Assistência Governamentais</u>	05/11/2010
<u>CPC 08</u>	<u>Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários</u>	03/12/2010
<u>CPC 09</u>	<u>Demonstração do Valor Adicionado (DVA)</u>	30/10/2008
<u>CPC 10</u>	<u>Pagamento Baseado em Ações</u>	03/12/2010
<u>CPC 11</u>	<u>Contratos de Seguro</u>	05/12/2008
<u>CPC 12</u>	<u>Ajuste a Valor Presente</u>	05/12/2008
<u>CPC 13</u>	<u>Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08</u>	05/12/2008
<u>CPC 14</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação (Fase I) - Transformado em OCPC 03</u>	
<u>CPC 15</u>	<u>Combinação de Negócios</u>	03/06/2011

Tabela 1 – Pronunciamentos Técnicos Contábeis

(continuação)

Documento	Título	Data/aprovação
<u>CPC 16</u>	<u>Estoques</u>	08/05/2009
<u>CPC 17</u>	<u>Contratos de Construção</u>	19/10/2012
<u>CPC 18</u>	<u>Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto</u>	07/12/2012
<u>CPC 19</u>	<u>Negócios em Conjunto</u>	09/11/2012
<u>CPC 20</u>	<u>Custos de Empréstimos</u>	02/09/2011
<u>CPC 21</u>	<u>Demonstração Intermediária</u>	02/09/2011
<u>CPC 22</u>	<u>Informações por Segmento</u>	26/06/2009
<u>CPC 23</u>	<u>Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro</u>	26/06/2009
<u>CPC 24</u>	<u>Evento Subsequente</u>	17/07/2009
<u>CPC 25</u>	<u>Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes</u>	26/06/2009
<u>CPC 26</u>	<u>Apresentação das Demonstrações Contábeis</u>	02/12/2011
<u>CPC 27</u>	<u>Ativo Imobilizado</u>	26/06/2009
<u>CPC 28</u>	<u>Propriedade para Investimento</u>	26/06/2009
<u>CPC 29</u>	<u>Ativo Biológico e Produto Agrícola</u>	07/08/2009
<u>CPC 30</u>	<u>Receitas</u>	19/10/2012
<u>CPC 31</u>	<u>Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada</u>	17/07/2009
<u>CPC 32</u>	<u>Tributos sobre o Lucro</u>	17/07/2009
<u>CPC 33</u>	<u>Benefícios a Empregados</u>	07/12/2012
<u>CPC 34</u>	<u>Exploração e Avaliação de Recursos Minerais (Não editado)</u>	
<u>CPC 35</u>	<u>Demonstrações Separadas</u>	31/10/2012
<u>CPC 36</u>	<u>Demonstrações Consolidadas</u>	07/12/2012
<u>CPC 37</u>	<u>Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</u>	05/11/2010
<u>CPC 38</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração</u>	02/10/2009
<u>CPC 39</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Apresentação</u>	
<u>CPC 40</u>	<u>Instrumentos Financeiros: Evidenciação</u>	
<u>CPC 41</u>	<u>Resultado por Ação</u>	08/07/2010
<u>CPC 42</u>	<u>Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária (Não editado)</u>	

Tabela 1 – Pronunciamentos Técnicos Contábeis

		(conclusão)
<u>CPC 43</u>	<u>Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41</u>	03/12/2010
<u>CPC 44</u>	<u>Demonstrações Combinadas</u>	02/12/2011
<u>CPC 45</u>	<u>Divulgação de Participações em outras Entidades</u>	07/12/2012

Fonte: BRASIL/Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2015).

2.4 GLOBALIZAÇÃO E CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE

O avanço da globalização transcende os fenômenos meramente econômicos, ele avança as dimensões políticas, sociais e culturais com consequências e mudanças nas atribuições do Estado e reflexos na vida das pessoas, portanto, à globalização econômica corresponde a globalização do mundo do trabalho e da questão social (DELUIZ, 2000).

Ao final da década de 1990 o panorama internacional apresentava um quadro de crise financeira, afetando inclusive o continente asiático e a Rússia. Esse quadro crítico motivou a fomentação de muitos debates, como o Fórum Econômico Mundial. Esses foros constituíram-se em centros de debate sobre a chamada "ordem internacional" que pretendia encontrar uma forma de ordenamento para uma situação cada vez mais fragmentada, considerada até mesmo caótica. Desse discurso de crise surgiram novas propostas para a regulamentação do sistema financeiro internacional. Foi nestas circunstâncias que se deu a formação de blocos de integração regional, como a União Européia.

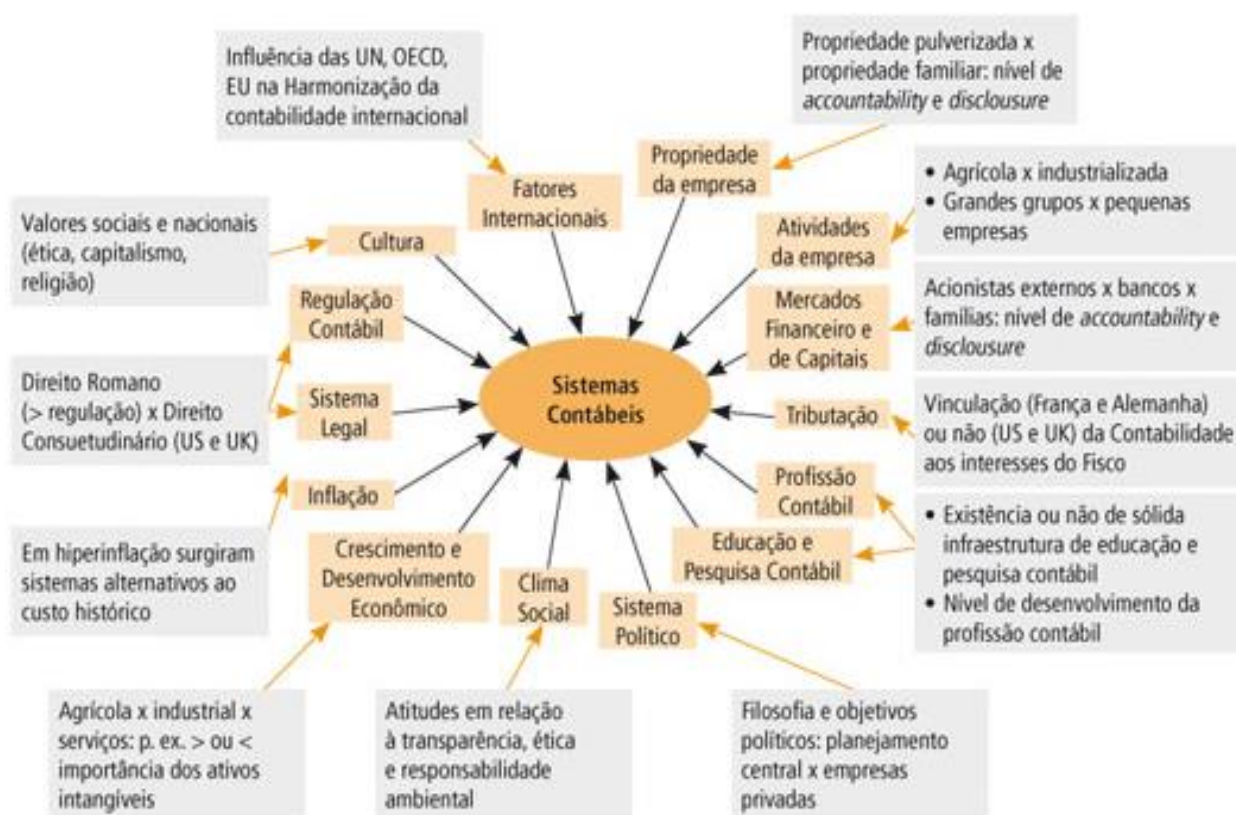
A integração regional se apresenta como uma tendência contrária à desregulação e à fragmentação: ela leva não só a um maior ordenamento e a uma institucionalização crescente das relações econômicas internacionais como também, em alguns casos, a um processo gradual de integração e cooperação política (MELLO, 1999, p. 158).

Neste cenário de transformação não tinha como a Contabilidade ficar neutra por este motivo foi preciso buscar meios para sua adaptação. A realidade é que, a Contabilidade foi se desenvolvendo em cada país como um sistema que se configura com os aspectos culturais, organizacionais, políticos e econômicos locais, uma tendência que se configurou no Brasil como nos demais países (Figura 1). Cada um desenvolveu e

adotou a sua sistemática própria para o seu sistema de registros contábeis. Esse universo de normas particulares é incompatível com o sistema de economia globalizada e pelo que as forças globalizantes demonstram, não basta parecer, é preciso globalizar de fato e de direito (WEFFORT, 2003, apud. MELLO, 2006).

A ausência de um conjunto único de normas contábeis reconhecido e validado para todos os países além de não satisfazer a cultura global pode também conduzir a resultados conflitantes (SANTOS; SALES; CORDENONSSI, 2011).

Figura 2 – Influências ambientais na construção das Normas de Contabilidade.



Fonte: Santos; Sales; Cordenonssi (2011, p.87).

A globalização é um processo de integração cultural, socioeconômico, político e social visando diminuir as barreiras existentes entre os países e na medida em que se processava a internacionalização de capitais, foi também se fazendo necessária à emissão de normas para compreensão dos registros pelos parceiros comerciais. Até

que a criação de normas convergentes para um modelo de economia global passou a se tornar um processo inevitável, agora englobando também a educação, a justiça, o trabalho e a cultura através das forças de mercado. Bem análogo ao que se deu com a Revolução Industrial quando modificou o sistema de produção, trabalho e emprego em todo o mundo, também a cultura da globalização atual com suas forças para a Contabilidade criar mecanismos de adequação e atender ao novo sistema globalizado .

A evolução da contabilidade deve-se em grande parte a Revolução Industrial, tal que neste período o aumento de negócios tornou imprescindível à necessidade de exames contábeis tanto na parte comercial como na parte financeira das empresas. A exigência de um grande volume de capital entre as empresas, tornando necessária a separação entre os investidores e os administradores favorecendo a atividade contábil que então se tornou indispensável na elaboração de relatórios demonstrados a proprietários ausentes (ANTUNES, 2004 p. 68, apud. GONÇALVES; MENDONÇA; MEDEIROS, 2014, p. 156).

As muitas discussões e conferências para a convergência contábil viabilizou essa harmonização do sistema contábil que através de uma interpretação do IFRS, ao mesmo tempo em que permite uma reconciliação das informações contábeis, aprimora a troca de informações em relação à sua interpretação e compreensão aprovadas e conferidas pelo sistema econômico financeiro globalizado (NIYAMA, 2005).

Entendendo que os avanços das ciências exigem adaptações, e de que não se podem negar as intensas mudanças que se vêm se operando nas organizações. A vontade de padronização ocorre naturalmente quando os conhecimentos adquirem avanços em suas doutrinas. A iniciativa para essa convergência às Normas Internacionais de Contabilidade (IRFS) partiu do órgão regulador da profissão contábil. O Conselho Federal de Contabilidade órgão fiscalizador da profissão, através de sua Resolução de nº. 750/93 regulou o conceito a ser reconhecido e adotado (MEIRELLES JUNIOR, 2009).

A integração dos países que aderiram às normas internacionais contábeis representada pelo *International Financial Reporting Standards* (IFRS), é considerada como a maior e mais abrangente modificação regulatória da história da Contabilidade. A convergência contábil às normas internacionais não se consolidaram para modificar a contabilidade que foi construída em cada um dos países com toda a sua carga cultural e simbólica

local, mas por força de um código comum que atenda a comunicação entre os parceiros do comércio globalizado (GONÇALVES; MENDONÇA; MEDEIROS, 2014).

2.4.1 Importância da convergência para a globalização

Desde as últimas décadas do século passado se desenvolveu a ideia de consenso que a tendência à globalização se consolidava como fenômeno irreversível, não deixando alternativas senão a discussão de um processo de convergência que atendesse a essa nova realidade.

A globalização é um fenômeno irreversível, que envolve países, empresas e pessoas ao redor do mundo. O ajustamento estrutural das empresas, tendo como finalidade de jogar no mercado internacional, afeta o modo como os países se deslocam na arena global. Assim, com a aceleração da globalização, o papel do setor privado tem sido muito relevante (QUINTANA, FERNANDES, 2011, p. 3).

Diante do quadro instalado de um processo de globalização, nos meios acadêmicos e profissionais aumentaram as discussões sobre as questões envolvendo a convergência às normas de uma Contabilidade Internacional.

As diferenças entre países historicamente geraram uma série de diferenças entre as práticas adotadas e, o fato de cada país apresentar seu próprio ambiente político, social, cultural e econômico, fez com que os pesquisadores exibissem dificuldades em classificar sistemas contábeis nacionais de forma objetiva (NIYAMA, 2005, Apud., SILVÉRIO, TAKAMATSU, MIRANDA, 2014, p. 1).

Com a expansão da economia globalizada, cada vez mais se tornava flagrante a necessidade de uma harmonização que reduzisse diferenças nas práticas contábeis entre os países a fim de responder as exigências das tendências da nova evolução dos mercados, com informações claras e seguras para direcionamento das ações das empresas.

Em um ambiente de mudanças contínuas exige que as empresas sejam reorganizadas com grande frequência. Atividades, métodos de trabalho, formas de atuação e até divisões inteiras ficam obsoletas e devem ser reformuladas ou mesmo extirpadas das organizações, sendo substituídas por outras mais eficazes e eficientes. Todavia, uma empresa que se organiza dividindo o trabalho apenas entre especialistas funcionais, como mais de 95% delas o faz no Brasil e no mundo (Morgan, 1990; Paine & Naumes, 1982; Drucker, 1993; Mintzberg, 1989; Marques, 1994), cria tantas e tão elevadas barreiras internas à comunicação, que elas acabam impedindo uma visão geral que possa aferir a contribuição de cada função e de cada departamento para o conjunto da

empresa . No nível da direção estratégica, onde toda decisão de aplicação de recursos implica um trade-off e um custo de oportunidade, faz-se necessária a presença de generalistas unificadores e avaliadores, que sejam capazes de montar um quadro completo do desempenho organizacional, pois, sem eles, como se poderia saber se uma parte do conjunto está ainda contribuindo para os seus objetivos? [...]Esta nova realidade está exigindo que as organizações sejam estruturadas de forma diferente, através de divisões ou unidades estratégicas de negócios, que, além de uma elevada delegação de autoridade para tomar decisões rápidas, têm, em geral, uma estruturação horizontal, um número muito menor de escalões hierárquicos (vide Kilman & Kilman, 1991; Harrington, 1995). Num grupo, as decisões finais de alocação de recursos e investimentos nas divisões se faz através de uma direção central, onde a avaliação do desempenho das divisões (e dos seus executivos) é a tarefa fundamental (MARTIN, 2002, p. 10).

Para concretizar a convergência foi criado o IASB, Colegiado de Padrões Contábeis Internacionais, em 1º de abril de 2001, uma instituição internacional sem fins lucrativos, independente, do setor privado, em substituição ao IASC [*International Accounting Standards Committee*]. Os objetivos do IASB, conforme a sua constituição, é desenvolver um único conjunto de normas contábeis globais de alta qualidade e compreensão, promovendo a convergência entre as normas contábeis locais e as Normas Internacionais de Contabilidade e emitir pronunciamentos, os IFRS [*International Financial Reporting Standard*], ou seja, as Normas de Informação Financeira Internacional (SILVÉRIO, TAKAMATSU, MIRANDA, 2014).

2.4.2 Situação de aplicabilidade

A convergência ao IFRS foi se consolidando de forma gradativa, porém, é matéria julgada e aprovada hoje, não há mais como recuar. O Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) estabeleceram o ano de 2010 como data-limite para a convergência, com o IFRS como padrão de divulgação das demonstrações financeiras tanto para as instituições financeiras quanto para as companhias de capital aberto. Após a publicação da Lei nº 11.638/07, a transição para as IFRS deixou de ser uma mera especulação para se consolidar em assunto prioritário também para as demais empresas brasileiras desde a entrada em vigor da lei em 1º de janeiro de 2008 (SILVÉRIO; KAMATSU; MIRANDA, 2014).

A inclusão de Pequenas e Médias Empresas na convergência ao IFRS, mesmo as que não são de capital aberto, demonstra que a intenção é criar um só tipo de

demonstrativo contábil em todo o mundo. O IASB levou cinco anos para aprovar a convergência do IFRS para Pequenas e Médias Empresas.

O processo de adoção do IFRS para PMEs no Brasil teve início com a publicação da Resolução CFC n.º 1.255, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com vigência a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Essa Norma se aplica às demonstrações contábeis para fins gerais de empresas de pequeno e de médio portes, segmentos compostos por sociedades fechadas e por empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas. Essas demonstrações destinam-se a usuários externos, incluindo-se, dentre outros, proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais e agências de avaliação de crédito (GIOTTO, 2010, p. 7).

É possível perceber que os objetivos do IASB é estabelecer um modelo contábil único, reconhecido em todo o mundo com convergências aos padrões contábeis do IFRS.

Em um país de dimensões continentais como o brasileiro, o universo profissional de Contadores espalhados em seu território é bastante amplo, como pode ser constatado pelo número dos que se encontram nos registros dos Conselhos Regionais de Contabilidade [CRCs].

O Brasil possui quase meio milhão de contabilistas registrados nos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (havia 495.584 em 31 de dezembro de 2010). Para essa categoria profissional, a convergência das normas contábeis ao padrão IFRS, especialmente no caso das PMEs, significa uma ampla mudança no trabalho a ser executado (GIOTTO, 2010, p.15).

Para o Conselho Federal de Contabilidade – CFC (2008), a convergência às normas internacionais é fato consolidado. E desde o princípio das discussões para aplicação do conhecimento atualizado aplicado à convergência, uma das preocupações do CFC foi a busca por atuar no processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. E cumprido suas atribuições de órgão fiscalizador do exercício contábil no Brasil, o CFC editou a Resolução CFC nº 1.055/05, criando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), integrado por instituições da área contábil e do mercado de capitais, além da participação como convidados permanentes, representantes dos principais órgãos reguladores governamentais. Estas preocupações das principais entidades representativas da Contabilidade brasileira demonstra a importância dessa harmonização contábil às normas internacionais. A convergência tem como objetivo focal garantir a consistência na interpretação e aplicação das IFRS e os serviços relacionados em âmbito global.

As principais normas contábeis legais do Brasil estão contidas: no Código Comercial Brasileiro (Lei 5.56/1850), alterado pelas regras do Novo Código Civil Brasileiro (Lei 10.406/2002); Lei 6.404/1976, também alterada pela Lei 11.638/2007; Lei 4.320/1964 para entidades públicas; Resoluções emitidas pela CVM, SUSEP, BACEN, entre outras ordenações (MEIRELLES JUNIOR, 2009, p.6).

A convergência contábil brasileira segue a tendência do mundo atual (figura 3), de como a globalização econômico-financeira está se firmando formalmente em todo o planeta.

Tabela 2 – O novo sistema de informação da Contabilidade aplicada ao setor público.

(continua)

Órgão	Descrição	Produto
International Federation of Accountants (Ifac).	Organização global para a profissão contábil. Fundada em 1977, com missão de servir ao interesse público e fortalecer a profissão contábil ao redor do mundo. Engloba mais de 160 entidades em aproximadamente 125 países, dentre eles o Brasil.	Conjunto de normas profissionais internacionais referentes a auditoria, asseguração, ética, educação e normas para a elaboração de demonstrações contábeis para os setores público e privado.
International Public Sector Accounting Standards Board (Ipsasb)	É o Conselho, constituído pela Ifac, responsável por desenvolver e emitir sob sua própria autoridade, Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (Ipsas).	Conjunto de 31 normas internacionais (Ipsas ou NICSP) das quais no Brasil 30 foram traduzidas.
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	É o órgão de representação profissional da classe contábil no Brasil. Como órgão regulador das práticas contábeis e membro da Ifac, constitui o Grupo de Trabalho da Contingência no Setor Público (GTCP)	Conjunto de 11 normas internacionais (Ipsas ou NICSP).
Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	É o órgão central de Contabilidade da União. Possui atribuição de administrar os sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade pública.	Possui três produtos referentes a esse processo. O MCASP, as Notas Técnicas (NT), e as Orientações Técnicas (OT).

Tabela 2 – O novo sistema de informação da Contabilidade aplicada ao setor público.

(conclusão)

Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON)	Grupo de caráter técnico e consultivo representativo dos atores que compõem a base do modelo do processo de convergência. Representado por órgãos de execução e controle.	Recomendações consignadas em atas, com objetivo de reduzir divergências e duplicidades, em benefício da transparência da gestão contábil, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social.
--	---	--

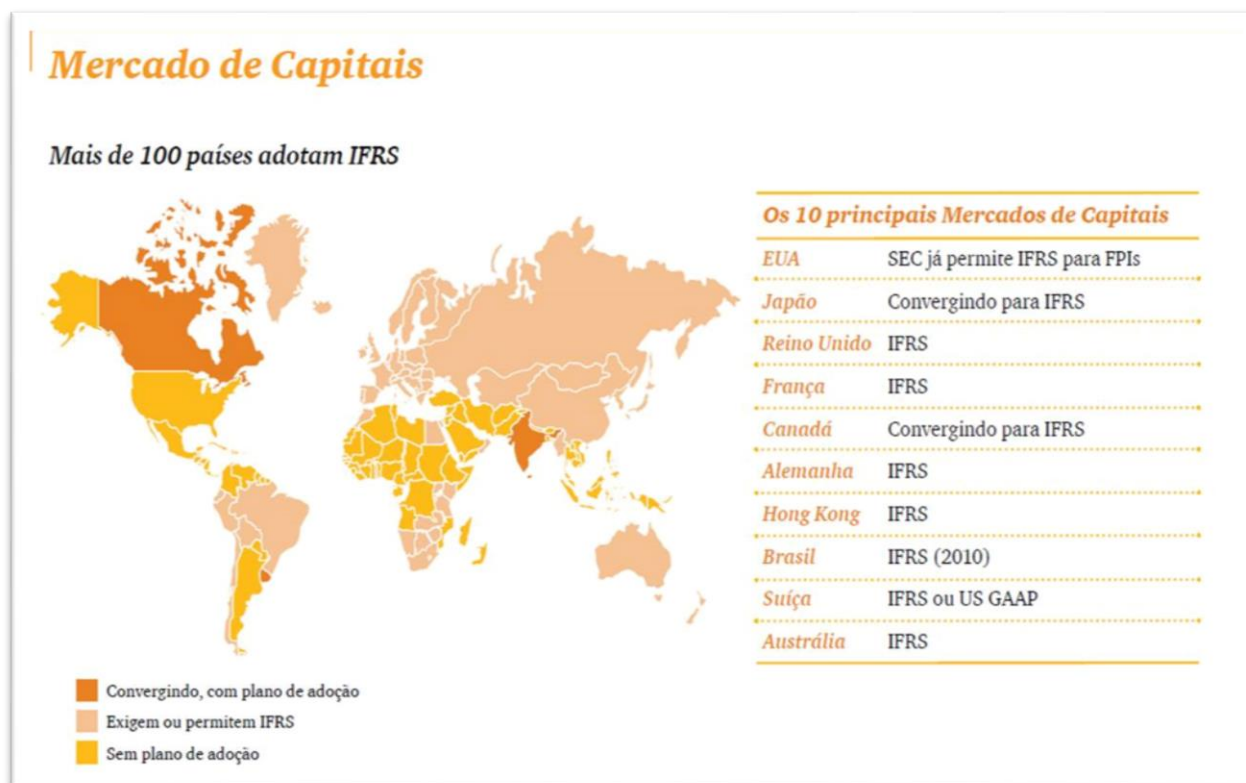
Fonte: Gama; Duque; Almeida (2014, p. 194)

2.4.3 Os países e a convergência – IFRS

Os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) estão em vigor na Europa desde o início de 2005, com caráter de obrigatoriedade para as contas consolidadas das empresas com títulos nas bolsas de valores sediadas na União Européia, resultado da aplicação do Regulamento 1606/2002 da UE. O processo de convergência com as suas diversas regras objetiva criar um único modelo contábil para a contabilidade de empresas no mundo (MELLO, 2012, p.7).

O quadro instalado dos grandes mercados financeiros no mundo caminha de forma acelerada para a convergência ao IFRS (figura 3).

Figura 3 – Condição dos Mercados de Capitais em relação ao IFRS.



Fonte: PWC, 2010.

A situação de adesão dos países ao IFRS até 16 de maio de 2014 é a que está configurada pelos países que já adotaram as normas IFRS (quadro 1).

Quadro 1 - Relação dos países que já adotaram as normas IFRS (até 16/05/2014).

Albania	Ghana	Nigeria
Anguilla	Greece	Norway
Antigua and Barbuda	Grenada	Oman
Argentina	Guatemala	Pakistan
Australia	Guinea-Bissau	Panama

Austria	Honduras	Paraguay
Azerbaijan	Hong Kong	Poland
Bahamas	Hungary	Portugal
Bahrain	Iceland	Romania
Bangladesh	India	Russia
Barbados	Indonesia	Rwanda
Belarus	Iraq	Saint Lucia
Belgium	Ireland	Saudi Arabia
Bermuda	Israel	Serbia
Bhutan	Italy	Sierra Leone
Bolivia	Jamaica	Singapore
Bosnia and Herzegovina	Japan	Slovakia
Botswana	Jordan	Slovenia
Brazil	Kenya	South Africa
Brunei Darussalam	Korea (South)	Spain
Bulgaria	Kosovo	Sri Lanka
Cambodia	Latvia	St Kitts and Nevis
Canada	Lesotho	St Vincent and the Grenadines
Cayman Islands	Liechtenstein	Suriname
Chile	Lithuania	Swaziland
China	Luxembourg	Sweden
Colombia	Macao	Switzerland
Costa Rica	Macedonia	Taiwan
Croatia	Madagascar	Tanzania

Cyprus	Malaysia	Thailand
Czech Republic	Maldives	Trinidad & Tobago
Denmark	Malta	Turkey
Dominica	Mauritius	Uganda
Dominican Republic	Mexico	Ukraine
Ecuador	Moldova	United Arab Emirates
Egypt	Mongolia	United Kingdom
El Salvador	Montserrat	United States
Estonia	Myanmar	Uruguay
European Union	Nepal	Uzbekistan
Fiji	Netherlands	Venezuela
Finland	New Zealand	Yemen
France	Nicaragua	Zambia
Georgia	Niger	Zimbabwe

Fonte: Instituto IFRS (2014).

2.4.4 O mercado global para as economias locais

A abertura do comércio internacional possibilitou a integração dos mercados de capitais com chances aos investidores de empregar os seus recursos financeiros em qualquer lugar do mundo sem que necessite sair do seu país de origem para isto. Esta amplitude de oportunidades possibilita um universo de alternativas para o empresário investidor local nas escolhas por investimentos. Isto dá aos empresários e aos investidores a chance de maiores ganhos com redução de riscos para as empresas obterem o capital de que necessitam para financiamento de seus projetos. Permite que em momento de escassez de recursos, alternativas para contornar a situação com aporte de capital com menores custos pela possibilidade de escolha que mais lhe convém. Porém, esse

universo de possibilidades possui as suas regras e pode ser considerado como uma experiência ainda recente para o empresário brasileiro (YAMAMOTO; SALOTTI, 2008).

Atualmente, no Brasil, por força da edição da Lei nº 11.638/07, a divulgação da DFC tornou-se obrigatória para as companhias abertas e também para outras companhias (sociedades por ações de capital fechado ou sociedades de grande porte) que tenham patrimônio líquido superior a 2 milhões de reais). Porém, de acordo com a realidade brasileira, até 2007, a DFC era uma demonstração contábil cuja divulgação não era obrigatória, diferentemente de outros países de origem anglo-saxônica, onde tal obrigatoriedade existe há décadas em alguns casos. Nos EUA e Canadá, por exemplo, a divulgação da DFC é obrigatória desde a 2ª metade da década de 80 (YAMAMOTO; SALOTTI, 2008, p. 38).

A Divulgação do Fluxo de Caixa nas demonstrações contábeis já é uma tendência que como outras, se consolidam nas práticas contábeis nacionais nesse processo de profundas transformações e convergência contábil para as normas internacionais. Porém, a cultura da globalização que avassaladoramente se expande, não implica em um caminho tranquilo de transformações, muito pelo contrário. É uma incógnita ainda de difícil equacionamento até para os mais hábeis conhecedores de seus mecanismos. E isto é reconhecido desde o final do século passado quando os mecanismos de globalização fechavam a sua teia em rede de comunicação por todo o planeta até alcançar a plenitude em que se encontra hoje.

A partir da década de 80 observou-se a intensificação do processo de internacionalização das economias capitalistas, que se convencionou chamar de globalização. Algumas das características distintivas desse processo foram a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional – viabilizado pelo movimento de queda generalizada de barreiras protecionistas e pela crescente presença de empresas transnacionais [...] Na Europa, a discussão sobre exclusão social apareceu na esteira do crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente de desemprego de longo prazo, da falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho [...] Wolfe (1995) associa a preocupação com exclusão social à ameaça que grupos, até recentemente integrados ao padrão de desenvolvimento vigente, têm sofrido de serem marginalizados, concretizada em muitos casos, criando uma classe de *novos excluídos*. As recentes transformações sócio-econômicas ao gerarem uma massa de pessoas supérfluas ao sistema redirecionaram o foco das discussões sobre problemas sociais. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela tornou-se a dificuldade de encontrar formas de inserção social, quaisquer sejam elas (DUPAS, 1998, p. 121).

A tendência da abertura ao mercado global abriu perspectivas e as possibilidades de investimento direto no mercado de capitais, e este é só um dispositivo das inúmeras

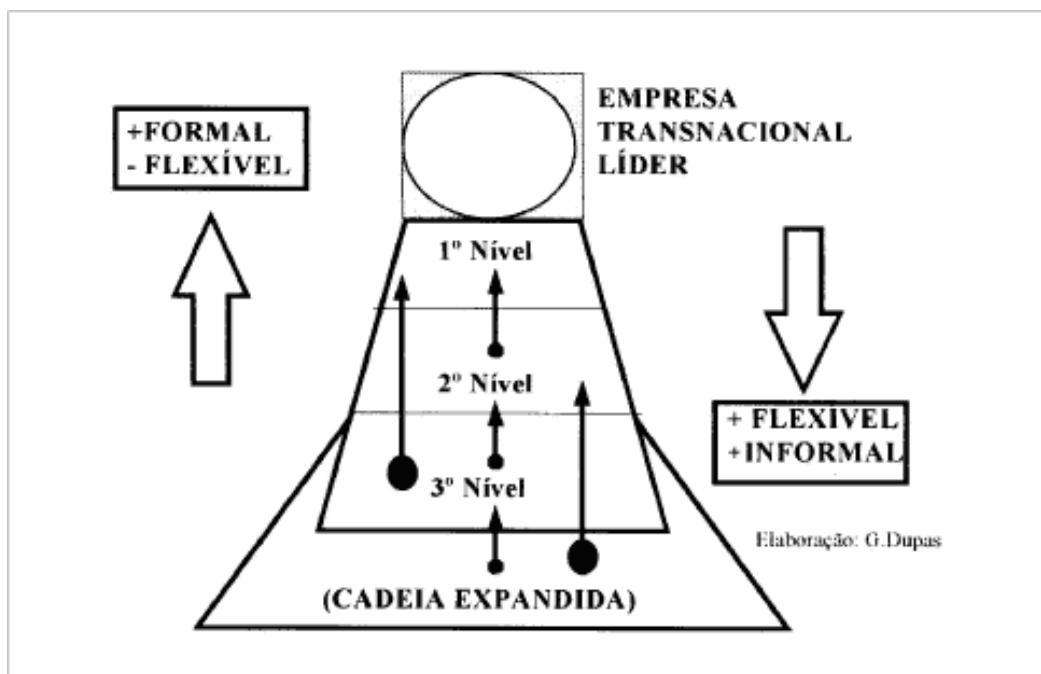
possibilidades desse mercado globalizado que resultou em profundas modificações para as cadeias produtivas globais, que modificaram as formas e os meios de produção e do trabalho, o relacionamento entre os agentes econômicos entre si, alteraram completamente o mapa da produção mundial incidindo na ocupação da mão-de-obra e na geração empregos (figura 4).

Paralelamente à forte concentração no topo das cadeias – com as transnacionais líderes e seus *global suppliers* concentrando-se cada vez mais por fusões, aquisições, *joint-ventures* e acordos tecnológicos – presencia-se uma forte fragmentação na sua base, por processos de franquias, terceirização, subcontratos e parcerias como forma de otimizar vantagens e custos de fatores de produção (DUPAS,1998, p. 128).

Essas implicações socioeconômicas da globalização que incidem sobre a sociedade é uma preocupação de muitos autores, especialmente neste período das duas últimas décadas do século passado, como alertava também Padoveze (1999, p 4)

“A geração de renda ocorre paralelamente ao processamento da produção. Independentemente da sua natureza, quaisquer bens ou serviços que sejam produzidos exigem o emprego de recursos econômicos, denominados fatores de produção, como o trabalho, o capital, a tecnologia e a capacidade empresarial. Como já vimos, a mobilização, pelas empresas, desses diferentes tipos de fatores conduz ao pagamento de remuneração, sob a forma de salários, juros, aluguéis e lucros. Estas remunerações, geralmente denominadas custo dos fatores correspondem ao conceito econômico de renda.”

Figura 4 – A lógica das cadeias produtivas globais e empregos.



Fonte: Dupas (1998, p. 128).

O sucesso das empresas mais fortes (4) não beneficia com geração de postos de trabalho os países de origem dessas empresas. A cadeia expandida provoca a desindustrialização nos países de tecnologias avançadas, tendência que já se configurava entre 1975 e 1985, mas, isto foi se agravando na criação de postos de trabalho tendo como causas fundamentais, conforme Dupas (1998, p. 129):

- aplicação de tecnologias modernas poupadoras de trabalho;
- técnicas de *lean production*;
- acordos de *out sourcing* intrafirmas e de subcontratação, com queda do emprego direto e crescimento do indireto;
- fusões e aquisições, que levam ao rearranjo dos empregos existentes com cortes de excedentes.

O desemprego nos países mais ricos é resultante dessa nova realidade, em busca de mão-de-obra mais barata as empresas migraram para outros centros com as suas fábricas e estruturas produtivas levando consigo os empregos o que facilitou a vida do empresário com consequências sociais inversamente, ou seja, negativas para os seus países de origem.

Silver (1995) aponta que algumas mudanças sociais e econômicas de grande envergadura geram fenômenos que passam a dominar a *imaginação moral* da sociedade, criando a necessidade de equalizá-los. O mesmo ocorre com as chamadas especificidades locais (de país para país, de diferentes regiões de um mesmo país). Esses contextos específicos incluem o institucional (existência de políticas de *welfare*), o econômico (países ricos ou pobres, perfil de distribuição de renda, dinâmica de crescimento) e o entendimento de cada sociedade do que seja estar nela integrado. O conceito de exclusão social – bem como os de pobreza e desemprego – é uma resposta à necessidade de lidar com algumas características socioeconômicas surgidas recentemente. Ela enumera, assim, mais de 20 categorias de excluídos, entre eles os sem-habilidades (*skill-less*), os analfabetos, os fora-da-escola, os viciados, os delinquentes, as crianças que sofreram abuso (DUPAS, 1998, p. 121).

Portanto, ao mercado em si não interessa as consequências que essas transformações trazem consigo, situações de difícil equacionamento com implicações sociais que não se restringe aos países de maior ou menor capacidade tecnológica, mas mexe com situações sociais a reboque das questões econômicas. Desde que as novas tecnologias possibilitaram a comunicação em rede globalizada e a comunicação de um ponto qualquer a outro do planeta, a questão dos impactos no trabalho e emprego tem se provado muitíssimo complexos especialmente também para os países ricos, com consequências sociais. Assim como o investidor tem liberdade para investir aonde bem lhe aprouver, empresas transnacionais têm também relativa facilidade em transferir o

local de sua produção deslocando a geração de emprego e renda para o seu país de origem.

Recente pesquisa efetuada pela OIT (1997/98) em 600 empresas dos EUA revelou que em 50% dos casos os empregadores utilizaram o argumento ou a ameaça de transferência da produção como forma de oposição aos sindicatos e em 10% deles, parte da produção foi efetivamente transferida. Foram intensos os impactos socioeconômicos da internacionalização acelerada ocorrida nas últimas décadas [...] Podemos considerar que o início do processo de globalização data – no mínimo – do século XV, com a ativação do comércio marítimo mundial. A partir dos anos 80, porém, a difusão maciça da tecnologia de informação nas atividades econômicas deu-lhe características inusitadas e assombroso impulso. As estratégias de produção e distribuição das corporações foram reformuladas, passando da empresa integrada verticalmente a *networks*, que incorporam diferentes empresas em um mesmo projeto global. Neste processo, tecnologia e capital adquiriram mobilidade crescente, acelerada pela possibilidade de fragmentação das cadeias produtivas. Assim, a mão-de-obra tornou-se o único fator não-móvel, permitindo a incorporação do *lowwage* na lógica global. A forte competição entre os líderes globais costuma operar como motor seletivo do capitalismo atual que, por sua vez, é alimentado pela dinâmica de duas contradições principais (DUPAS, 1998, p.124,129).

A possibilidade de opção em investir no país de origem ou no exterior não é só uma questão de comodidade, faz parte da sobrevivência diante dos desafios do mercado globalizado que as empresas tentam aperfeiçoar formas de gerenciamento.

O desafio da sobrevivência, no mercado globalizado é cada vez mais competitivo, faz emergir novas técnicas de gestão. Essas novas técnicas gerenciais buscam manter as organizações competitivas em um cenário de constante mudança, desenvolvendo sistemas administrativos ágeis e suficientemente fortes para os padrões estabelecidos nessa nova formação econômica da sociedade. Entre os modelos gerenciais, a GQT destaca-se em função de buscar o gerenciamento do crescimento do ser humano, o desenvolvimento tecnológico, assim como racionalizar os métodos de produção (LIMA; CAVALCANTI; PONTI, 2004, p. 80).

A convergência contábil é um detalhe importante no processo da globalização e inevitavelmente qualquer país por menor ou maior que seja no cenário internacional não pode se dar a pretensão de ficar de fora desse arranjo global, ele independe das vontades, só nos resta construir meios competentes de convívio com os mecanismos da globalização. É por todas as implicações que as alterações a convergência da Contabilidade brasileira as normas internacionais é o tema de maior relevância para a Contabilidade brasileira dos últimos tempos (YAMAMOTO; SALOTTI, 2008; DUPAS, 1998).

O processo de convergência das práticas nacionais de contabilidade aos padrões internacionais implica profundas alterações na regulação da contabilidade. É natural que os contabilistas estejam preocupados em se adaptar aos “novos” padrões buscando adotá-los, e auditar sua adoção nas respectivas empresas/clientes. Entretanto, tão importante quanto adotar e auditar a adoção dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS) nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras é compreender o movimento de alteração das normas contábeis em âmbito nacional (CARDOSO, et al,2009, p 774).

A Contabilidade cresce todas as vezes que se faz necessário que as ciências contábeis encontrem respostas para as questões de sua competência em favor das organizações, das empresas e dos negócios em associação com as tecnologias da comunicação em rede. Uma vez que os sistemas de informação coletam, processam, analisam e disseminam informações a partir de determinado objetivo. Com todos esses elementos neste estágio de evolução, o profissional contábil de hoje não está restrito a cálculos e anotações de registros patrimoniais, ele é cada vez mais um profissional que tem em suas mãos a possibilidade de compreender a realidade em seu entorno e influenciar no processo de transformação. Portanto é imprescindível ao futuro profissional manter-se atento aos movimentos de incidem sobre as práticas contábeis para a sua aplicação consciente, competente e responsável.

2.4.5 Contabilidade no comércio global

Quanto maior a complexidade mais a presença da Contabilidade é questão imprescindível, com maiores oportunidades e alternativas para a ciência contábil e a profissão contábil.

Como se entende que só se administra aquilo que se mede, a empresa que não possuir indicadores adequados não poderá gerenciar bem a sua atividade. Segundo o modelo *Balanced Scorecard*, indicadores adequados devem estar balanceados, e devem contemplar os critérios de quantidade, qualidade, custos e prazos em relação às metas traçadas (LIMA; CAVALCANTI; PONTI,2004, p. 79).

A evolução da Contabilidade é uma realidade que vem acontecendo diante dos nossos olhos nessas últimas décadas, observada por uma série de teóricos que detalham esses mecanismos imprescindíveis para identificar e fornecer as informações

procedentes para a administração das organizações empresariais em seu processo de planejamento estratégico em ambiente de risco.

Segundo a *International Federation of Accountants - IFAC*, o atual estágio da Contabilidade Gerencial, que abarca todos os estágios evolutivos anteriores, centra-se no processo de criação de valor através do uso efetivo dos recursos empresariais. Esta função-objetivo também tem sido reconhecida por diversos cientistas e autores contábeis, sendo em alguns casos, determinante para a estruturação de livros-textos de Contabilidade Gerencial ou de Custos [...] A Contabilidade gerencial pode ser definida como o processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação, e comunicação de informação (tanto financeira como operacional) utilizada pela administração para planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para assegurar o uso e a responsabilidade sobre seus recursos (PADOVEZI, 1999, p.14).

A Evolução da contabilidade em dar a resposta necessária a cada momento que as modificações exigiam respostas é uma realidade extraordinária dos nossos tempos, que estão acontecendo diante dos nossos olhos. Padoveze (1999) mostra os estágios de desenvolvimento da contabilidade com as suas características desde a década de 1950.

"O campo da atividade organizacional abarcado pela contabilidade gerencial foi desenvolvido através de quatro estágios reconhecíveis.

- Estágio 1 - antes de 1950, o foco era na determinação do custo e controle financeiro, através do uso das tecnologias de orçamento e contabilidade de custos;
- Estágio 2 - por volta de 1965, o foco foi mudado para o fornecimento de informação para o controle e planejamento gerencial, através do uso de tecnologias tais como análise de decisão e contabilidade por responsabilidade;
- Estágio 3 - por volta de 1985, a atenção foi focada na redução do desperdício de recursos usados nos processos de negócios, através do uso das tecnologias de análise do processo e administração estratégica de custos;
- Estágio 4 - por volta de 1995, a atenção foi mudada para a geração ou criação de valor através do uso efetivo dos recursos, através do uso de tecnologias tais como exame dos direcionadores de valor ao cliente, valor para o acionista, e inovação organizacional." (PADOVEZE, 1999, p.14).

Impossível gerenciar organizações complexas, em ambiente de profundas transformações e concorrência sem um suporte contábil que lhe dê sustentação para vencer a concorrência e os riscos. A cada estágio dessa adaptação da Contabilidade representam a adição de combinações do velho e do novo com reformas e ajustes.

"Cada estágio da evolução representa adaptação para um novo conjunto de condições que as organizações enfrentam, pela absorção, reforma, e adição aos focos e tecnologias utilizadas anteriormente. Cada estágio é uma combinação do velho e do novo, com o velho sendo reformado para ajustar-se com o novo em combinação a um novo conjunto de condições para o ambiente

gerencial. A contabilidade gerencial atual refere-se ao produto do processo de evolução cobrindo os quatro estágios". (IFAC, parágrafos 9 e 15) [...] "Nos estágios 3 e 4, ela (a Contabilidade Gerencial) é vista como parte *integral do processo de gestão*, com informações sendo disponibilizadas em tempo real diretamente para a administração, e com a distinção entre a administração de apoio e *linha* sendo progressivamente embarçada. *O foco do uso dos recursos (incluindo a informação) para criar valor é uma parte integral do processo gerencial das organizações.*" (IFAC, parágrafo 19). "Nos estágios 3 e 4, a informação é vista como um recurso organizacional, juntamente com outros recursos organizacionais; o foco, agora, contudo é na redução das perdas e desperdícios desses recursos (tanto em termos reais como financeiros) e em conservar ou alavancar seu uso na geração ou criação de valor". (IFAC, parágrafo 17).[...] "A Contabilidade gerencial, como uma parte integral do processo de gestão, adiciona valor distintivamente pela investigação contínua sobre a efetividade da utilização dos recursos pelas organizações - na criação de valor para acionistas, clientes e outros credores". (IFAC, parágrafo 29) (PADOVEZI, 1999, ps.3,4).

A Contabilidade como campo de conhecimento essencial para a formação de agentes decisórios é um campo vasto para pesquisa por representar a essência dos acontecimentos econômicos e o desenrolar do desenvolvimento financeiro.

A Contabilidade, campo de conhecimento essencial para a formação dos agentes decisórios dos mais variados níveis, é fruto concebido da relação entre o desenrolar dos fatos econômico-financeiros e sua captação e processamento segundo os paradigmas de uma metodologia própria e potencializada pela racionalidade científica. Logo, a pedra fundamental que apoia e sustenta o edifício contábil pode ser definida como "a contabilidade seguindo, relatando e respeitando a essência dos eventos econômicos que captura e mede" (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p 8).

Como pode ser percebido, a globalização influenciou os aspectos socioeconômicos cujo processo global promoveu alterações na Contabilidade, o que fez com o Brasil a exemplo de outros, mudassem os seus paradigmas e aderissem a internacionalização das normas contábeis nacionais.

De acordo com Hendriksen e Breda (1999), o primordial é a Contabilidade sempre ser ágil, confiante, transparente e deve realmente ser utilizada como ponto de referência na tomada de decisão das empresas. Ela é uma ferramenta de suma importância no mundo, pode e deve ser utilizada como referência em decisões (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p 8).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPOLOGIA

Definidos os propósitos de pesquisa, a metodologia foi à pesquisa bibliográfica inicialmente que se configura pela busca de informações a partir de documentos já publicados em livros, revistas e artigos, com anotação do referencial para possíveis averiguações quando necessário (GIL, 2009).

É uma pesquisa qualitativa cujas características são: indaga sobre determinado fato e por que este fato ou problema está ocorrendo. Estuda as motivações e ajuda a definir hipóteses. É também revisão de literatura, uma pesquisa exploratória permitindo conhecer tendências, comportamentos, atitudes e fornecer informações detalhadas a perguntas ou problemas sobre um assunto, projeto ou atividade (GIL, 2009).

A opção pela entrevista, aberta, despadronizada ou semiestruturada se deu em razão da flexibilidade que esta permite ao pesquisador, ou seja, “O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada; permite explorar mais amplamente uma questão” (MICHEL, 2009, p. 68).

De acordo com Gil (2009) dentre as vantagens que a entrevista aberta ou semiestruturada oferece destacam-se, o de permitir maior segurança ao entrevistador por ter sempre a possibilidade de propor uma questão, por contribuir para a obtenção de dados conforme os definidos nos objetivos da pesquisa, e por fornecer a possibilidade de estabelecer comparações com outras entrevistas. Portanto, para o autor, enquanto a entrevista estruturada é a mais indicada para a pesquisa quantitativa, para o estudo de caso com pesquisa qualitativa o tipo ideal é a entrevista aberta ou semiestruturada.

3.2 SUJEITOS PESQUISADOS/COLETA DE DADOS

A pesquisa teve como finalidade saber a percepção dos os profissionais de contabilidade locais sobre a convergência.

Por meio de um questionário como instrumento de pesquisa, foi feito o encaminhamento do formulário aos respondentes via online, confirmando a participação pelos sujeitos da pesquisa, profissionais contadores que aceitaram participar da mesma. A escolha pelo questionário foi por se tratar de um instrumento referendado para este tipo de trabalho, como registra Michel (2009, p.68).

Entrevista – encontro entre duas pessoas, a fim de uma delas obter informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É considerado um instrumento de excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado a informação necessária.

O roteiro do questionário contou com perguntas fechadas, para serem respondidas diretamente pelo respondente marcando com um X a opção de resposta referente ao questionamento.

3.3 TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O tratamento e análise de dados é o processo com o qual foi feita a ordenação, estrutura e significado aos dados coletados. Tem o sentido de transformar os dados coletados em conclusões com lições úteis e credíveis acerca do tema pesquisado. A análise de dados se propõe a descrever e resumir dados, identificando relações e diferenças, comparando essas diferenças entre as variáveis com o propósito de descrever e resumir os dados (GIL, 2009).

O tratamento dos dados foi dividido em duas seções, a primeira trata a análise descritiva do perfil dos entrevistados respondentes e as demais variáveis associadas com a percepção dos profissionais contadores. A segunda procede à análise inferencial dos dados para verificação de possíveis correlações entre as variáveis apresentada pelos resultados da pesquisa.

4 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Neste tópico estão as análises dos dados coletados, gerando assim os resultados do presente estudo. As respostas advindas do questionário (apêndice A) que serviram de matriz para as entrevistas.

Para analisar sobre a percepção do que pensam os profissionais de Contabilidade da Cidade Vitória – ES sobre o processo de convergência, foram enviados através de escolha aleatória, 60 (sessenta) questionários com perguntas semiestruturadas (Apêndice A) solicitando a participação dos sujeitos, profissionais de Contabilidade da Cidade de Vitória - ES na pesquisa. O envio do questionário se deu via internet, no período que compreendeu entre os meses de abril a maio de 2015. Dessa solicitação resultou na participação de 24 respondentes no exercício da profissão contábil.

Inicia-se pela tabela 3 (gráfico1 e gráfico 2) onde é demonstrado o perfil dos respondentes, a questão de gênero e faixa etária.

Tabela 3 – Perfil dos Respondentes

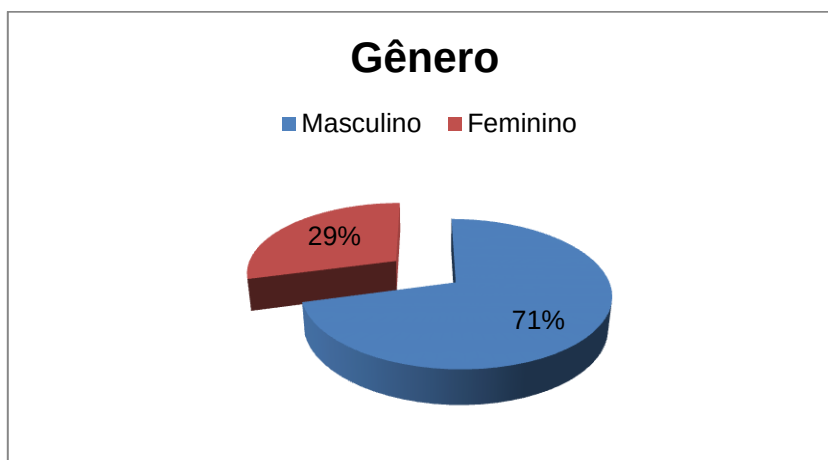
Gênero	Variável	%
Masculino	17	71%
Feminino	7	29%

Faixa etária	Variável	%
de 18 a 28 anos	4	17%
de 29 a 38 anos	12	50%
de 39 a 50 anos	7	29%
acima de 50 anos	1	4%

Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

De acordo com dados da pesquisa, e por meio da tabela 04, constata-se que o perfil dos respondentes (tabela 3; gráfico1) constatou 71% do sexo masculino e 29% feminino.

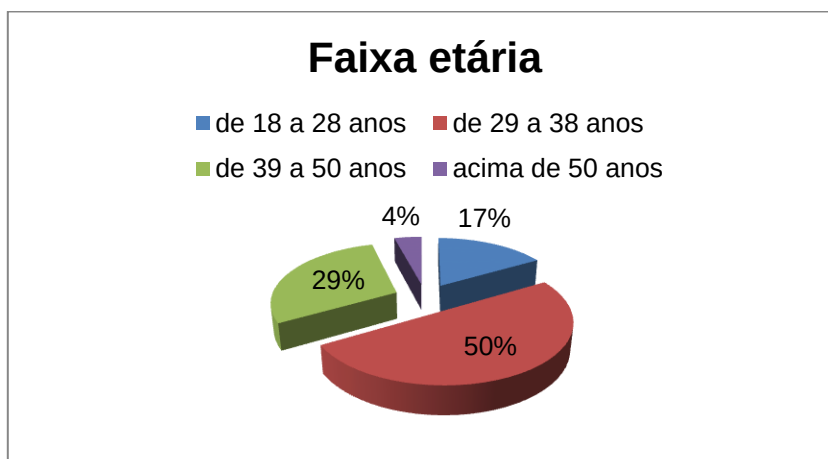
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Em relação à faixa etária (tabela 3; gráfico2), 50% dos respondentes estão entre 29 e 38 anos, 29% entre 39 e 50 anos 17% entre 18 e 28 anos e 4% acima de 50 anos. Revelando uma precedência de profissionais contábeis do sexo masculino e uma população contábil de jovens profissionais que perfazem um percentual total de 67% com até 38 anos.

Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Na tabela 4 “formação acadêmica e exercício profissional” tipo de formação, se possui outros cursos, tempo de profissão, tipo de empresa em que trabalha e, se estas empresas em que trabalham publicam as demonstrações contábeis.

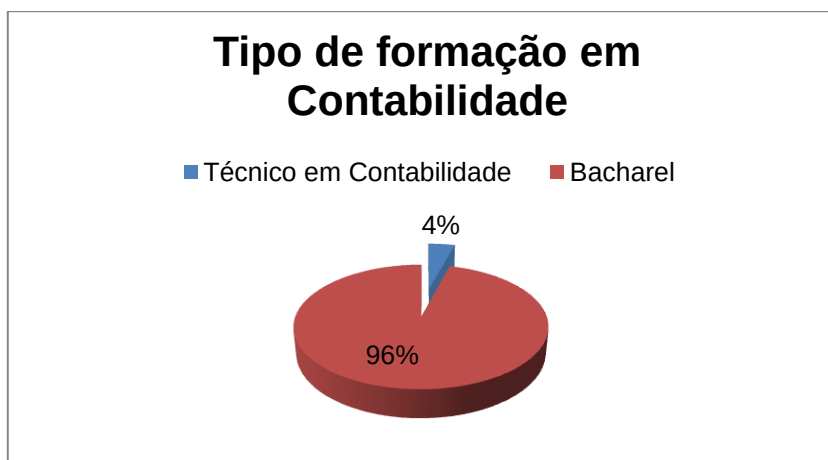
Tabela 4 – Formação acadêmica e exercício profissional

Tipo de formação em Contabilidade	Variável	%
Técnico em Contabilidade	1	4%
Bacharel	23	96%
Possui outros cursos		
Não possuo	14	58%
Sim, possuo especialização	4	17%
Mestrado	6	25%
Doutorado	0	0%
Tempo de profissão em Contabilidade		
de 1 a 5 anos	3	13%
de 6 a 10 anos	5	21%
mais de 10 anos	16	67%
Tipo de empresa em que trabalha		
S/A de Capital Aberto	1	4%
S/A de Capital Fechado	0	0%
Limitada	19	79%
S/A de Capital Aberto e Fechado	0	0%
S/A de Capital Aberto, A/A de Capital Fechado e Limitada	0	0%
Pública	4	17%
A empresa em que trabalha		
Publica as Demonstrações Contábeis	4	17%
Não Publica as Demonstrações Contábeis	20	83%

Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Em relação ao perfil do profissional, o tipo de formação em Contabilidade (gráfico 3) 96% são bacharéis por formação enquanto que, 4% são técnicos em Contabilidade.

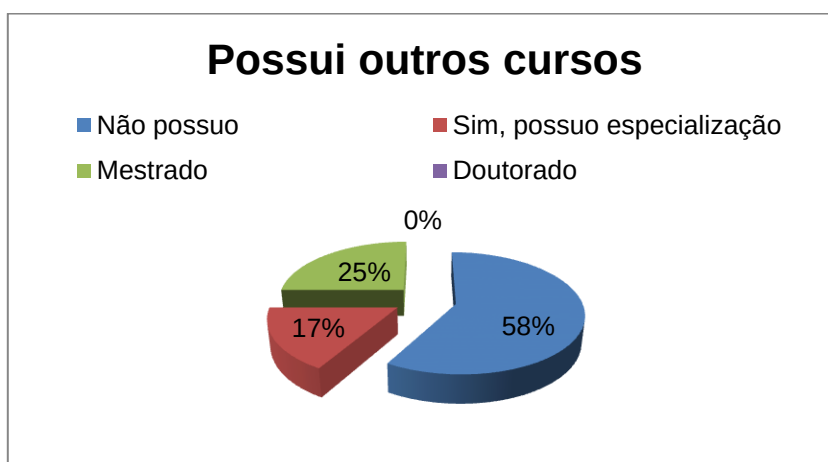
Gráfico 3 – Tipo de formação em Contabilidade.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Perguntados se possui outros cursos, (gráfico 4) 58% não possui; 25% possui mestrado; 17% responderam possuíram especialização, nenhum respondeu doutorado.

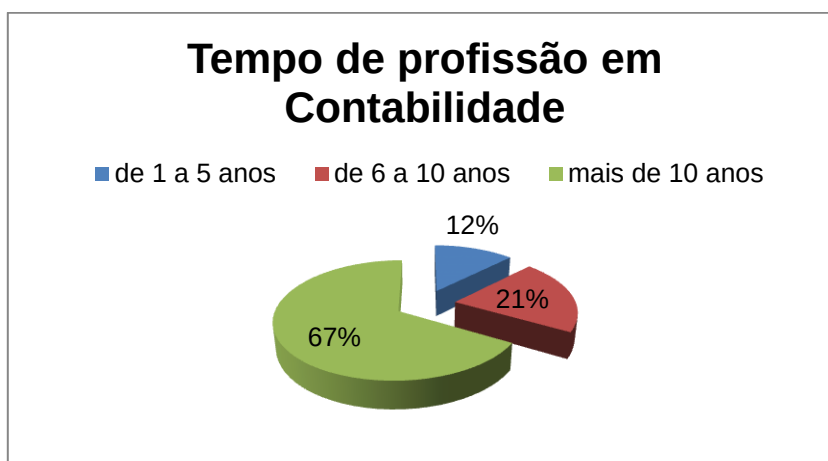
Gráfico 4 - Se possui outros cursos.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Sobre o Tempo de profissão em Contabilidade (gráfico 5), os resultados revelaram um percentual razoável experiência profissional, 67% possuem ter mais de 10 anos de profissão contábil, 21% de 6 a 10 anos e, 12% responderam menos de 10 anos.

Gráfico 5 - Tempo de profissão em Contabilidade.

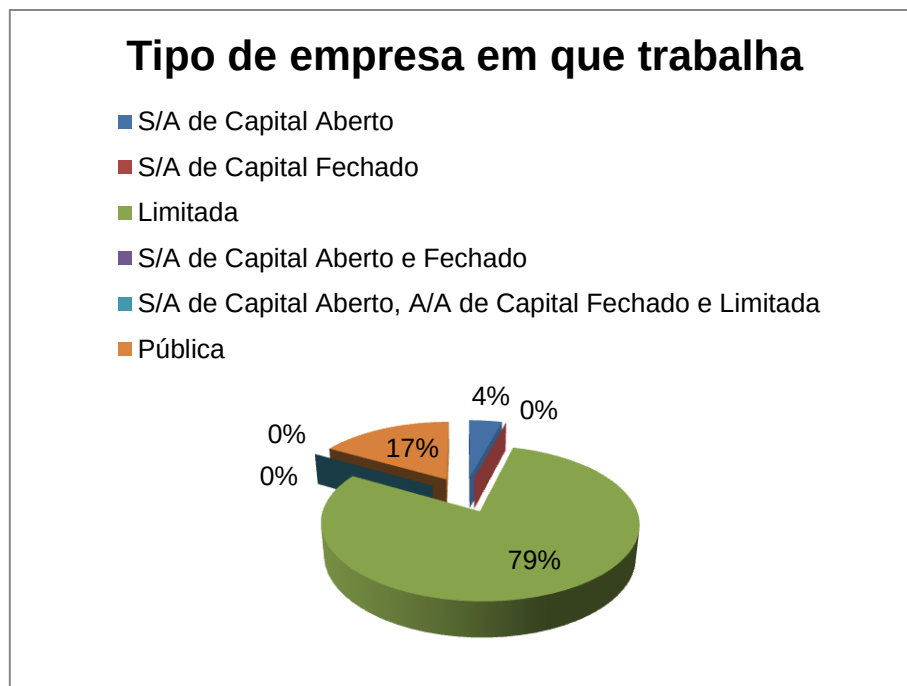


Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Quanto ao tipo de empresa em que trabalha, (gráfico 6) 79% dos pesquisados trabalham em empresa limitada, 17% em empresa pública e, 4% Sociedade anônima de Capital Aberto.

Nenhum dos entrevistados trabalha em empresa de Sociedade Anônima de Capital Fechado, Sociedade Anônima de Capital Aberto e Fechado, e Sociedade Anônima de Capital Aberto, Capital Fechado e Limitada.

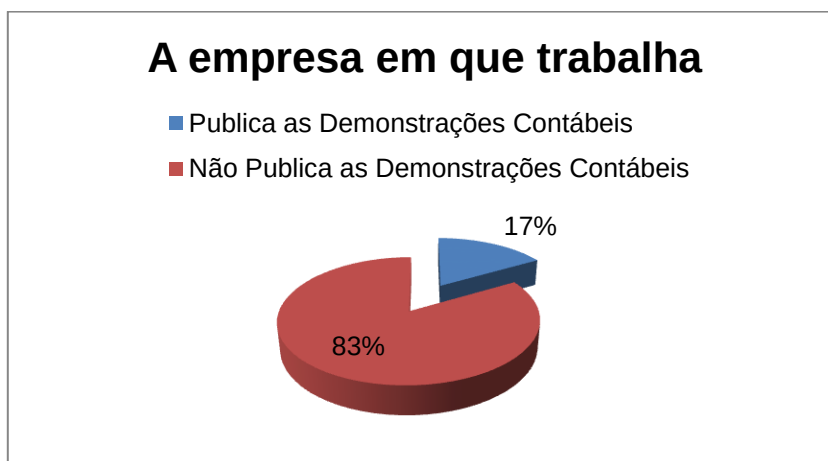
Gráfico 6 - Tipo de empresa em que trabalha.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Dos entrevistados (gráfico 7) 83% trabalham em empresa que não publica as Demonstrações Contábeis e 17% responderam que sim, a empresa em que trabalham publica os DCs.

Gráfico 7 - A empresa publica ou não as Demonstrações Contábeis.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Na tabela 5, para avaliar sobre a padronização da Contabilidade às Normas Internacionais (Lei 11.638/2007) respondendo a questão do questionamento: “Quais as implicações que trazem para o ambiente contábil este processo de convergência?”.

Tabela 5 – Padronização da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade

(continua)

Qual a sua posição sobre a atualização do Contador ao processo de convergência contábil	Variável	%
Discorda	0	0%
Concorda totalmente	21	88%
Concorda	3	13%
Qual a importância do papel do Contador no processo de convergência contábil		
Pouca importância	0	0%
Muita importância	24	100%
A influência das alterações contábeis importa para as grandes empresas e sociedade anônimas		
Discorda	2	8%
Concorda em parte	6	25%
Concorda totalmente	16	67%
O processo de convergência alterou as rotinas do Contador		
Não alterou	2	8%
Alterou	22	92%
O processo de convergência contábil estimulou o Contador em atualizar-se como profissional		

Tabela 5 – Padronização da Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade

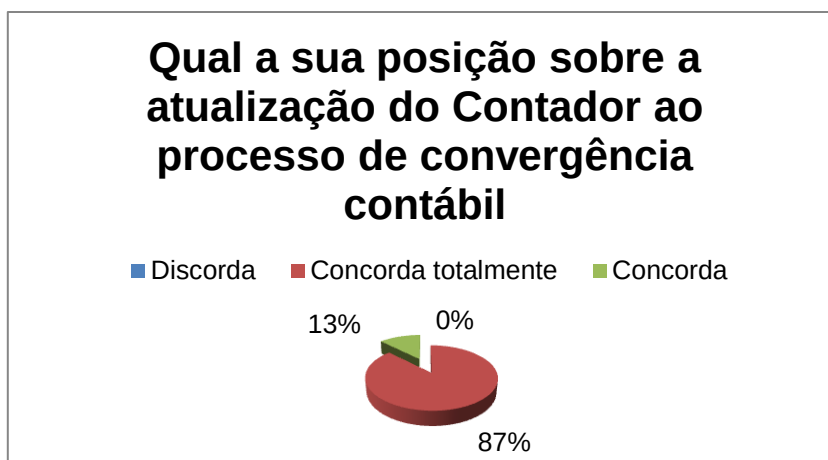
(conclusão)

Não alterou (não estimulou)	0	0%
Alterou (estimulou)	24	100%
O processo de convergência contábil como um fator estimulante ou desestimulante para o Contador		
Não alterou (não estimulante)	0	0%
Alterou (estimulante)	24	100%
O processo de convergência contábil proporcionou aumento do número de conflitos entre Contadores e Empresários		
Não aumentou o número de conflitos	7	29%
Aumentou o número de conflitos	17	71%
O processo de convergência contábil às Normas Internacionais promoverá valorização do profissional contábil brasileiro		
Discordo	3	13%
Concordo	21	88%

Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Acerta da necessidade de atualização do contador à convergência contábil (gráfico 8)
 87% concorda totalmente, 13% concorda e nenhum discorda da necessidade de
 atualização à convergência contábil.

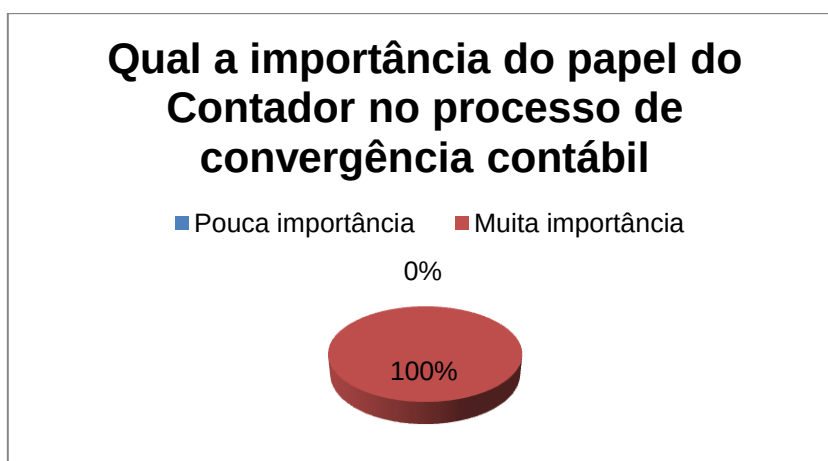
Gráfico 8 - Posição do Contador sobre sua atualização à convergência contábil.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Sobre a importância do papel do contador no processo de convergência contábil (gráfico 9), 100% consideram de muita importância.

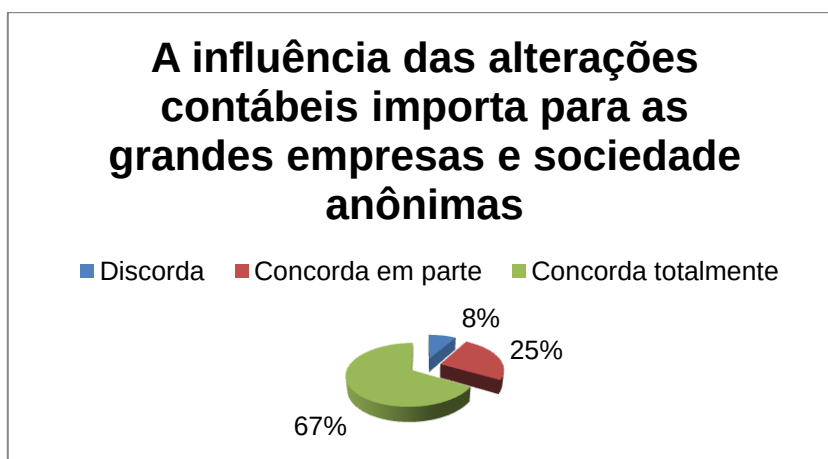
Figura 9– Importância do Contador no processo de convergência contábil.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Se a influência das alterações contábeis importa para as grandes empresas e sociedades anônimas, (gráfico 10), 67% concordam totalmente; 25% concordaram em parte e 8% discordam.

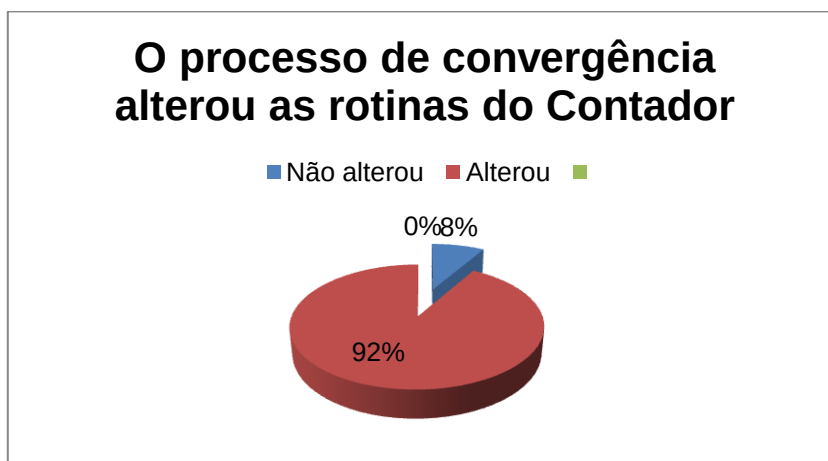
Gráfico 10 - Influência das alterações contábeis para as grandes empresas e sociedades anônimas



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Um total de 92% revelam que a convergência alterou as suas rotinas profissionais (gráfico 11) enquanto 8% consideram que não alteraram.

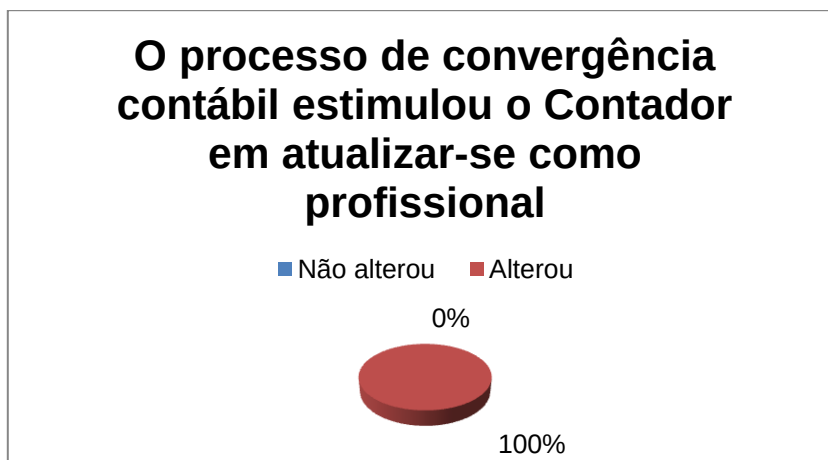
Gráfico 11 – Se o processo de convergência alterou as rotinas do Contador.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Os profissionais demonstram estarem atentos à sua preparação para as transformações que a convergência está impondo às práticas contábeis (gráfico 12), 100% responderam afirmativamente a questão.

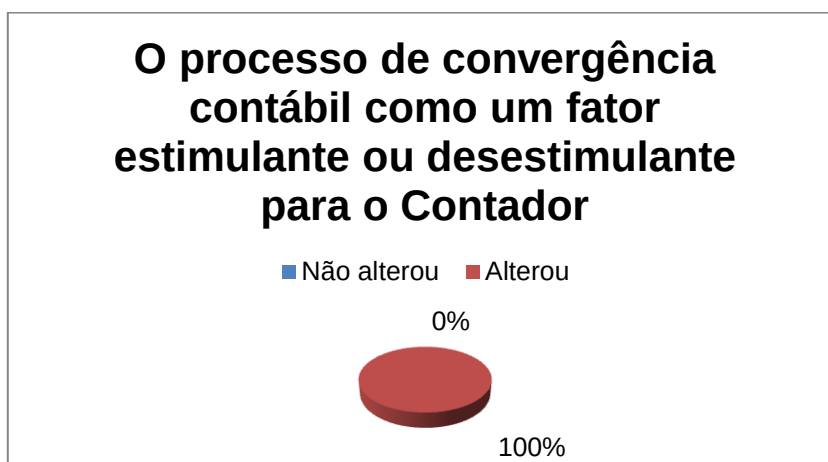
Gráfico 12 – Se o processo de convergência estimulou o contador em atualizar-se.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

A convergência contábil está estimulando o profissional (gráfico 13), 100% responderam afirmativamente a esta questão.

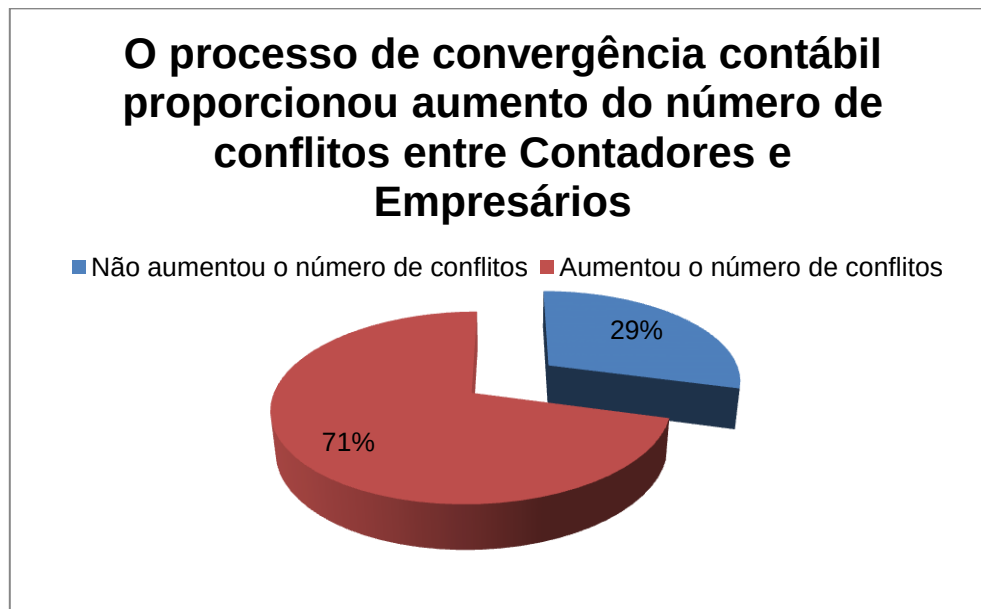
Gráfico 13 – O processo de convergência se é fator estimulante ou desestimulante para o Contador.



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Pelo baixo índice de conflitos, 29%, (gráfico 14) contra 71% que não consideram que os conflitos tenham aumentado, revelam um equilíbrio como o processo de convergência vem se implantando em todo o país.

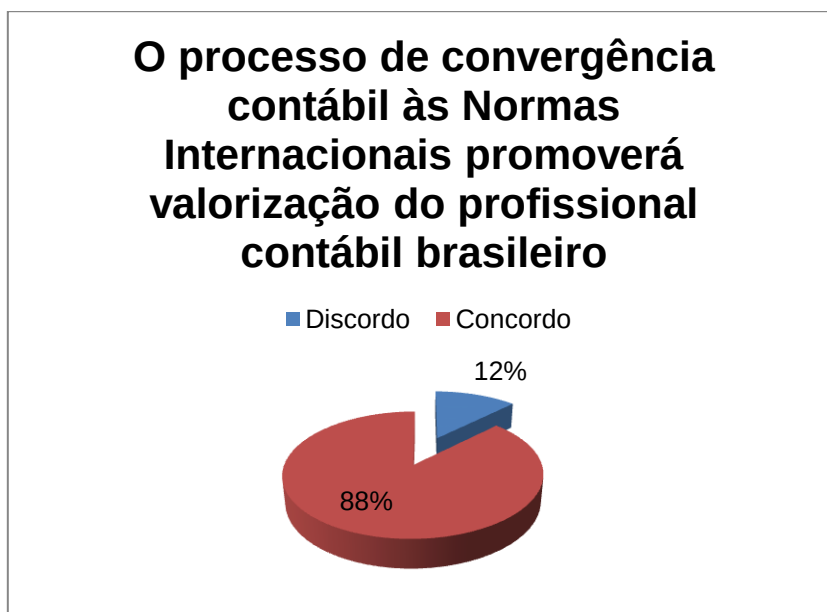
Gráfico 14 – O processo de convergência proporcionou aumento no número de conflitos entre Contadores e Empresários



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Sobre se “o processo de convergência promoverá valorização do profissional contábil brasileiro” (gráfico 15), 88% concordam que o processo de convergência irá valorizar o profissional contábil e, 12% discordam.

Gráfico 15 – O processo de convergência promoverá valorização do profissional contábil brasileiro



Fonte: Elaboração própria/Dados da pesquisa (2015)

Os profissionais de Contabilidade estão conscientes da importância da Contabilidade para fazer frente às transformações onde a informação é matéria prima relevante para as tomadas de decisão em ambientes turbulentos de globalização econômica.

A cultura da globalização já está tão disseminada que a convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais adquiriu aparência de um processo natural e inevitável, por força das próprias tendências da economia globalizada e da missão de respostas à situações práticas que a Contabilidade evidenciou em sua evolução histórica como revelam os teóricos a este respeito.

Fica, assim, bem patente, desde seu “renascimento” como sistema perfeitamente desenvolvido, que a contabilidade da época era a resposta às necessidades práticas dada pela criatividade do ser humano em desenvolver técnicas para resolver problemas reais (IUDÍCIBUS, MARTINS, CARVALHO, 2005, p. 9).

Associando a evolução dos movimentos mercantilista com a globalização Dupas (1998), nos remete à resposta que a Contabilidade ofereceu naquele momento (Sec. XV) quando foi publicada por Pacioli as “partidas dobradas”.

Podemos considerar que o início do processo de globalização data – no mínimo – do século XV, com a ativação do comércio marítimo mundial. A partir dos anos 80, porém, a difusão maciça da tecnologia de informação nas atividades econômicas deu-lhe características inusitadas e assombroso impulso (DUPAS, 1998, p. 124).

Evidencia-se, portanto, uma unanimidade entre os teóricos da Contabilidade sobre a convergência às normas internacionais como uma tendência. Da mesma forma quanto a valorização do profissional contábil, cada vez mais imprescindível no desenvolvimento de informações contábeis relevantes para a tomada de decisão no mundo dos negócios, especialmente com a globalização, na medida em que avança e mais faz crescer a instabilidade e os riscos com ambiente altamente competitivo e de transformação.

Nesse ambiente turbulento de mudanças profundas e contínuas, o exercício adequado da governança empresarial e as necessidades de informação para a tomada de decisões mudaram radicalmente na última década. As críticas que hoje se fazem à contabilidade se concentram em sua relevância nesse novo ambiente (MARTIN, 2002, p. 10).

As transformações para a convergência das normas contábeis brasileiras às normas internacionais segue a mesma tendência que fez a adesão dos mais de cem países, incluindo a União Européia aderindo a este movimento, demonstrando a importância da Contabilidade para essa configuração da economia global.

Embora os sistemas contábeis possam proporcionar taticamente mensurações a respeito dos custos dos recursos utilizados pela empresa, eles, por exemplo, nada dizem a respeito do porquê estratégico da utilização desses recursos e também ignoram a dimensão de valor. Todavia, as empresas vivem hoje o chamado imperativo do valor, segundo o qual as transformações produtivas executadas pelas empresas devem produzir valor através dos seus bens e/ou serviços (Bogliolo, 2000; McTaggart et al., 1994; Parolini, 1999). Esse valor deve ser gerado de forma concomitante e equilibrada, tanto para o cliente/consumidor, em termos de custos, tempo, qualidade e outras dimensões de sua satisfação, quanto para os investidores/acionistas, em termos de retorno financeiro de sua aplicação de recursos na empresa (MARTIN, 2002, p. 10,11).

É um trabalho muito coerente com a Contabilidade atual e a cultura global que se consolidou e fez com que, pela primeira vez a humanidade esteja ligada em rede de comunicação em todo o planeta, com a economia globalizada e cada vez mais interligada (IUDÍCIBUS; LOPES, 2012; SÁ, 2010; ZANLUCA, 2010, NIYAMA, 2008; YAMAMOTO; SALOTTI, 2008).

Portanto, os resultados da pesquisa demonstram uma conscientização dos profissionais da Contabilidade da grande Vitória - ES acerca da convergência da contabilidade às

normas internacionais, harmonizados com o que pensam os teóricos da Contabilidade sobre o assunto.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento do livre comércio entre as nações e a integração dos mercados internacionais, incluindo o mercado financeiro, são efeitos do processo de globalização da economia. Sendo a Contabilidade considerada como a linguagem universal dos negócios, a convergência contábil brasileira às normas internacionais de Contabilidade já é considerada pelos profissionais contábeis locais como um fato consumado.

Com a cultura da globalização e abertura dos mercados ao comércio internacional, cada vez mais foi se evidenciando a necessidade de uma contabilização no âmbito internacional que permitisse as transações entre empresas, independente de seus países de origem em transações de livre comércio. Com a rede de conexão via tecnologia da comunicação ligada em todo o planeta, a criação de órgãos para normatização e a parametrização da contabilidade passou a ser uma necessidade imperativa a qual nenhuma economia de porte pode ficar alheia.

A criação em 2001 do IASB (International Accounting Standards Board) com a estrutura do antigo IASC (International Accounting Standards Committee) para validação dos pronunciamentos internacionais emitidos pelo IFRS (International Financial Reporting Standard), o processo de convergência de normatização contábil internacional estava consubstanciado. No Brasil, a aprovação da Lei 11.638/2007, foi determinante para a adesão da convergência ao IFRS, permitindo a transição em duas fases: a primeira, parcial em 2008, e a segunda, integral em 2010. Hoje a contabilidade brasileira vem seguindo as IFRS, normas padronizadas pela IASB a exemplo de mais de 100 países que, ou já aderiram ou estão em processo de adesão às mesmas. Para o processo de convergência da Contabilidade brasileira às Normas Internacionais hoje a Contabilidade brasileira dispõe de infraestrutura neste sentido, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) cuida da tradução, interpretação e publicação dos pronunciamentos contábeis.

Este trabalho de pesquisa se propôs saber qual a opinião dos contadores cidade de Vitória – ES, o que pensam sobre a Convergência Contábil às normas internacionais. Durante a identificação dos profissionais, público-alvo da pesquisa, constatamos que o número de profissionais egressos dos cursos de Ciências Contábeis oriundos dos centros acadêmicos locais entre 1996 a 2000 foram de 1.099. (SILVA, 2004). Conseguimos localizar 60 que atuam profissionalmente em várias áreas, aos quais foram enviados questionários online solicitando suas participações na pesquisa, formalizando o nosso público-alvo e sujeitos participantes, desses, 24 foram os respondentes que nos deram retorno e se prontificaram, confirmando a sua participação. A pesquisa, portanto, se limitou ao município de Vitória.

Como está evidenciado, a Convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais é o movimento mais notável da Contabilidade dos últimos anos. Pela relevância do tema e em razão das grandes transformações que estão em curso para a Contabilidade, é bastante oportuno que se prossigam com mais pesquisas sobre o assunto, e neste sentido propomos as seguintes sugestões de temas:

- A convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais, quais mudanças esse processo implica?
- A convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais e os seus reflexos para as Pequenas e Médias Empresas.
- Como está sendo enfatizada a convergência da Contabilidade brasileira às normas internacionais no ensino da Contabilidade?
- Os estágios evolutivos da Contabilidade até a Convergência às normas internacionais.
- A Ética profissional e a Convergência da Contabilidade às normas internacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. T.P.; GRECCO, M.C.P.; FORMIGONI, H. ; MENDONÇA NETO, O.R.; A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. São Paulo: **Revista de Economia e Relações Internacionais** / Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado. - Vol. 10, n. 20, 2012.

BORGES, T.B.; MARIO, P.C.; CARNEIRO, R. A implementação do sistema de custos proposto pelo governo federal: uma análise sob a ótica institucional. *Rev. Adm. Pública*, 2013, vol.47, n.2, pp. 469-491. ISSN 0034-7612.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamentos Técnicos Contábeis. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2015. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>> Acesso em: 14/abr/2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG - geral - normas completas, NBC TG – estrutura conceitual e NBC TG 01 a 40 (exceto 34 e 42) Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/ Conselho Federal de Contabilidade**. 3. ed.; Brasília: CFC, 2008.

COSTA, J.A.; THEÓPHILO, C.R.; YAMAMOTO, M.M. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. Brasília: Contabilidade, Gestão e Governança; v. 15 · n. 2 · p. 110 - 126 · mai/ago 2012.

COSTA, T.A.; ALMEIDA, S.R.V.; SILVA, A.H.C. Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil: Um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e **Comércio**. CRCCRJ Conselho Regional de Contabilidade do RJ: Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 4 - 13, jan./abr. 2013.

DELUIZ, N. **A globalização econômica e os desafios à formação profissional**. Rio de Janeiro: Senac, 2000.

DUPAS, G. Economia - A lógica da economia global e a exclusão social. Estudos Avançados, 12 (34), 1998. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Marlene/Meus%20documentos/Downloads/9733ab9abe6a46f41d51bc962c9a02058adab7c8bdab8f0cafde94ebb21eb8e.pdf>> Acesso em: 27/abr/2015.

FREIRE, M.D. (et al.) Aderência às normas internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras. Ribeirão Preto: **Revista de Contabilidade e Organizações**, vol. 6 n. 15 (2012) p. 3-22.

GAMA, J.R.; DUQUE, C.G.;ALMEIDA, J.E.F. Convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade pública *vis-à-vis* as estratégias *top-down* e *bottom-up*. **Rev. Adm. Pública**. 2014, vol.48, n.1, pp. 183-206. ISSN 0034-7612.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIOTTO, M. Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs. São Paulo: Revista Brasileira de Contabilidade, novembro / dezembro 2010 - n.º 186.

GONÇALVES, D.F.;MENDONÇA, F.S.;MEDEIROS,I. O advento da globalização e o efeito na Contabilidade brasileira. Revista InterAtividade, Andradina, SP, v.2, n. 1. 2014.

INSTITUTO IFRS. Países que já aderiram ao IFRS. 2014. Disponível em: <<http://www.ifrs.org.br/detNot.asp?id=112&moda=001&contexto=&area=&evento=>> Acesso em: 23/abr/2015.

IUDÍCIBUS, S.; LOPES, A.B.; (Coor). Teoria avançada da Contabilidade.2 ed.; São Paulo: atlas, 2012.

_____.; MARTINS, E.; CARVALHO, L.N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução.. Revista Contabilidade e Finanças. – USP, São Paulo, n. 38, p. 7 – 19, Mai/Ago. 2005.

LIMA, A.C.C.; CAVALCANTI, A.A.; PONTE, V. Da onde da gestão da qualidade a uma filosofia da qualidade da gestão: *Balanced Scorecard* Promovendo Mudanças. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, Edição Especial, p. 79 - 94, 30 junho 2004.

LUCENA, H. **Contabilidade Básica – Conceitos Iniciais**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2003.

MARTIN, N.C. Da contabilidade à controladoria: a evolução necessária. São Paulo: USP; Rev. contab. finanç. vol.13 no.28 São Paulo Jan./Apr. 2002.

MEIRELLES JUNIOR, J.C. Normas Internacionais de Contabilidade: desafios para a implantação. Juiz de Fora: Jornal Eletrônico, Faculdades Integradas Vianna Junior, a.1; ed. 2, dezembro, 2009.

MELLO, R.C. Análise da harmonização contábil: uma comparação entre indicadores contábeis calculados pelo BR GAAP E US GAAP dos bancos com ADR listados na Nyse. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2012. Disponível em: <<http://www.intercostos.org/documentos/De%20Cassia.pdf>> Acesso em: 12/abr/2015.

MELLO, V.Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Rev. bras. polít. int. [online]. 1999, vol.42, n.1, pp. 157-181. ISSN 0034-7329.

MICHEL, M.H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: 2ª ed., Atlas, 2009.

NIYAMA, J.K.; SILVA, C.A.T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, V.A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. São Paulo: Revista Contabilidade e Finanças, v..22, n.56, São Paulo Mai/Ago., 2011.

PADOVEZE, C.L. O papel da Contabilidade Gerencial no processo empresarial de criação de valor. Caderno de Estudos, São Paulo, nº 21 – Mai/Ago,1999

PWC. **CPC/IFRS no Brasil – 2010-2012**. Disponível em: <
<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/assets/ifrs-placements/ifrs-brasil-10-np.pdf>>. Acesso em: 12/abr./2015.

QUINTANA, A.C.; FERNANDES, D.C.C. **Produção científica sobre Harmonização Contábil Internacional: um estudo bibliométrico na Revista Contabilidade e Finanças da Universidade de São Paulo, no período de 2005 a 2011**. Canoas-RS: UNISINOS, XIV SEMEAD – Seminário de Administração, out., 2011.

SÁ, A.L. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário Econômico**. 3 ed.; São Paulo: Best seller, 1994.

SANTOS, E.S. Análise dos impactos dos CPCs da primeira fase de transição para o IFRS no Brasil: um exame dos ajustes aos resultados nas DFPS de 2008. São Paulo: Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15 (2012) p. 23-43.

SANTOS, E.S.; SALES, J.N.; CORDENONSSI, J. US GAAP x normas brasileiras: mensuração do impacto das diferenças de normas no lucro duplamente reportado pelas empresas brasileiras emissoras de ADRS na NYSE. São Paulo: RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) v.12, n.1, São Paulo, jan./fev. 2011.

SHIMAMOTO, L.S.; REIS, L.G. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. Revista de Estudo Contábeis, Londrina, v. 1; n.1, p.90-105, jul./dez., 2010.

Silva, E.M. A Formação e o perfil dos egressos dos cursos de Ciências Contábeis do município de Vitória. Vitória : FUCEPE, 2004. 119 p. Dissertação – Mestrado.

SILVA, G.D. Novas Normas contábeis (IFRS) exigem ainda mais profissionalismo. São Paulo: Portal da Contabilidade, 2014. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ifrs-profissionalismo.htm>> Acesso em: 23/fev/2015.

SILVÉRIO, A.L.F.; KAMATSU, R.T.; MIRANDA, R.D. **Harmonização Contábil e a Segunda Fase de Adoção do IFRS no Brasil**. São Paulo: USP, XI Congresso Iniciação Científica Contábil, Novas Perspectivas Contábeis, 21 a 23 jul., 2014.

YAMAMOTO, M.M.; SALOTTI, B.M. Divulgação voluntária da demonstração dos fluxos de caixa no Mercado de Capitais Brasileiro. São Paulo: Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, v. 19, n. 48, p 37 – 49, set./dez.,2008.

ZANLUCA, J.S. Contabilidade Internacional. São Paulo: Portal de Contabilidade, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidade-internacional.htm>> Acesso em: 25/mar/ 2015.

VILLA AUDITORIA E CONSULTORIA. IFRS *en el Mundo*. Santiago/Chile: 2015. Disponível em: <<http://jsissue.site11.com/ifrsmundo.html>> acesso em 10/abr/2015.

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com os profissionais Contadores

1 – PERFIL DOS RESPONDENTES

1.1 Gênero

() Masculino

() Feminino

1.2 Faixa etária

() de 18 a 28 anos

() de 29 a 38 anos

() de 39 a 50 anos

() acima de 50 anos

2 – FORMAÇÃO ACADÊMICA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

2.1 Tipo de formação em Contabilidade:

() Técnico em Contabilidade

() Bacharel

2.2 Possui outros cursos?

() Não possuo

() Sim, possuo especialização

() Mestrado

() Doutorado

2.3 Tempo de profissão em Contabilidade.

() de 1 a 5 anos

() de 6 a 10 anos

() mais de 10 anos

2.4 Tipo de empresa em que trabalha

- ☐ S/A de Capital Aberto
- ☐ S/A de Capital Fechado
- ☐ Limitada
- ☐ S/A de Capital Aberto e Fechado
- ☐ S/A de Capital Aberto, S/A de Capital Fechado e Limitada
- ☐ Pública

2.5 A empresa em que trabalha

- ☐ Publica as Demonstrações Contábeis
- ☐ Não Publica as Demonstrações Contábeis

3 – PADRONIZAÇÃO DA CONTABILIDADE ÀS NORMAS INTERNACIONAIS (LEI 11.638/2007)

3.1 Qual a sua posição sobre a atualização do Contador ao processo de convergência contábil?

- ☐ Discorda
- ☐ Concorda totalmente
- ☐ Concorda em parte

3.2 Qual a Importância do papel do Contador no processo de convergência contábil?

- ☐ Pouca importância
- ☐ Muita importância

3.3 A influência das alterações contábeis importa para as grandes empresas e sociedades anônimas

- ☐ Discorda

☐ Concorda em parte

☐ Concorda totalmente

3.4 O processo de convergência alterou as rotinas do Contador

☐ Não alterou

☐ Alterou

3.5 O processo de convergência contábil estimulou o Contador em atualizar-se como profissional

☐ Não alterou

☐ Alterou

3.6 O processo de convergência contábil como um fator estimulante ou desestimulante para o Contador

☐ Não alterou

☐ Alterou

3.7 O processo de convergência contábil proporcionou aumento do número de conflitos entre Contadores e Empresários

☐ Não aumentou o número de conflitos

☐ Aumentou o número de conflitos

3.8 O processo de convergência contábil às Normas Internacionais promoverá valorização do profissional contábil brasileiro

☐ Discordo

☐ Concordo

Grata por sua participação.

